

# Antropologia online

A expansão dos cursos de Antropologia  
na Educação a Distância no Brasil

GUILLERMO VEGA SANABRIA  
LUCAS MAROTO MOREIRA  
FLAVIO CARVALHAES

**ABA** PUBLICAÇÕES

*Antropologia online* aborda o tema tão complexo, como em aparência surpreendente, do ensino da Antropologia em cursos de Educação a Distância (EaD), cuja proliferação gerou perplexidade em muitos de nós praticantes da disciplina, inclusive na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que agiu proativamente, sob a gestão de Andréa Zhouri, fomentando uma pesquisa e a publicação dela resultante, que aqui se apresenta.

A ABA tem buscado, em sua trajetória, refletir permanentemente sobre a formação em nossa disciplina, contando para isso com uma Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, de modo que este esforço inicial de reflexão sobre o que são os cursos de EaD em Antropologia vem se somar a iniciativas pretéritas. Se para muitos a existência de cursos de EaD de bacharelado e de especialização na disciplina de Antropologia gera surpresa, desconforto e suspeita, é importante mencionar que a oferta de cursos em EaD nesses níveis de ensino é uma consequência direta da escolha por abrir cursos de graduação em Antropologia.

Ademais, o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) já previa o ensino a distância. A EaD há tempos é uma realidade em muitos níveis educacionais Brasil afora — e o Conselho Nacional de Educação, em tempos mais recentes, tem feito tal agenda avançar, inclusive no plano da pós-graduação, repercutindo os muitos interesses que nele confluem e se disputam. E de certo tudo isso cresceu em tempos de pandemia e conversão de mil atividades ao mundo digital. Então, qual a novidade? Ser em Antropologia?

A expansão do número de graduados e a relativa retração de mercado de trabalho enfrentada desde 2014–15 pode ser uma das chaves explicativas para o fenômeno, não de todo convincente. Mas, de certo, tal realidade interpela seriamente a ABA quanto ao controle “moral” sobre as bases da formação em Antropologia, a realidade de uma coletividade de profissionais até recentemente marcada pela imagem de si (em muito obsoleta) como uma “comunidade” de “interação face a face”. Coloca à ABA também questões sobre os processos de filiação de novos sócios. Tal é sobretudo mais importante tendo-se em conta aspectos político-jurídicos e acadêmicas envolvidas na atuação pericial de antropólogo, sua interveniência em processos de reconhecimento de direitos. A não regulamentação da Antropologia como profissão, por sua vez, nos coloca ainda mais diante da necessidade de conhecimento dessa realidade.

A publicação nos traz informações fundamentais que ajudarão a fazer avançar o conhecimento sobre tais cursos e seus egressos e é um trabalho que todo praticante da Antropologia no Brasil precisa conhecer.

**Antonio Carlos de Souza Lima**

Museu Nacional/UFRJ

PPGA/UFF

# Antropologia online

A expansão dos cursos de Antropologia  
na Educação a Distância no Brasil

**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS  
DA ABA – CELCA (GESTÃO 2023–2024)**

**Coordenador**

Carlos Alberto Steil (UFRGS, UNICAMP)

**Vice–Coordenadora**

Tânia Welter (Instituto Egon Schaden)

**Integrantes**

Edimilson Rodrigues (FAMES)

Eva Lenita Scheliga (UFPR)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Martina Ahlert (UFMA)

Nathanael Araújo da Silva (Unicamp)

**CONSELHO EDITORIAL**

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA  
DIRETORIA (MANDATO 2023–2024)**

**Presidenta**

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)

**Vice–Presidente**

Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos  
(UFPA)

**Secretária Geral**

Deborah Bronz (UFF)

**Secretária Adjunta**

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

**Tesoureiro Geral**

Guilherme José da Silva e Sá (UnB)

**Tesoureiro Adjunto**

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

**Diretora**

Flávia Melo da Cunha (UFAM)

**Diretor**

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

**Diretor**

Tonico Benites (CEFPI–MS)

**Diretora**

Denise Fagundes Jardim (UFRGS)  
[www.portal.abant.org.br](http://www.portal.abant.org.br)

DOI: 10.48006/978–65–87289–47–2

Agradecemos à Fundação Ford, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq processo 409903/2022–1) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo apoio recebido.

**ABA** PUBLICAÇÕES

UNB – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa norte  
Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais  
Térreo – Sala AT–41/29 – Brasília/DF  
CEP: 70910–900

# Antropologia online

A expansão dos cursos de Antropologia  
na Educação a Distância no Brasil

DOI: 10.48006/978-65-87289-47-2

GUILLERMO VEGA SANABRIA

LUCAS MAROTO MOREIRA

FLAVIO CARVALHAES

**ABA** PUBLICAÇÕES

 **TRIBO  
ILHA**  
EDITORA

Copyright ©, 2025 dos autores

**Coordenação Editorial**

Carlos Alberto Steil (UFRGS, Unicamp)

**Revisão**

Luciana Haesbaert Balbueno

**Diagramação e Capa**

Rita Motta e Ryan Dias – Ed. Tribo da Ilha

**Capa**

ABA/Tribo da ilha

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Bianca Mara Souza – Bibliotecária - CRB-14/1587**

---

V422 Vega Sanabria, Guillermo  
Antropologia online : a expansão dos cursos de  
Antropologia na Educação a Distância no Brasil / Guillermo  
Vega Sanabria, Lucas Maroto Moreira e Flavio Carvalhaes.  
-- Brasília : ABA Publicações, 2025.  
96 p. : il., color. ; PDF ; 3,92 MB.

Inclui Bibliografia  
ISBN 978-65-87289-47-2

1. Antropologia (Brasil). 2. Educação a distância. 3. Ensino Superior. 4. Tecnologia Educacional (Empresas) I. Lucas Maroto Moreira. II. Carvalhaes, Flavio. III. Título.

DOI Livro 10.48006/978-65-87289-47-2

CDD 307

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Estudo e ensino da sociologia – 307

# Agradecimentos

Este livro é resultado de uma série de iniciativas, colaborações e apoios institucionais que tornaram possível não apenas sua elaboração, mas também o amadurecimento coletivo da reflexão aqui proposta. Agradecemos, em primeiro lugar, à Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em especial à sua diretoria e à presidenta no biênio 2023–2024, Andréa Zhouri, pelo seu empenho nesta discussão e pela confiança ao delegar a Guillermo Vega Sanabria, então coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA, a responsabilidade pela condução da pesquisa.

No processo de elaboração deste trabalho, foram igualmente importantes os diálogos com membros da Diretoria da ABA e de outras comissões, reunidos em pelo menos duas ocasiões, nos meses de setembro e novembro de 2023. Registramos aqui nossos agradecimentos a Andréa Zhouri, Sonia Magalhães, Deborah Bronz e Alexandra Barbosa (pela diretoria); Miriam Grossi (ex-presidenta da ABA); Ronaldo Almeida, Clayton Guerreiro, Tatiane Duarte e Leonardo Oliveira de Almeida (Comissão Laicidade e Democracia); Elaine Moreira e Edviges Marta Ioris (Comissão de Assuntos Indígenas); Fabio Mura (Comitê Laudos Antropológicos) e Mariana Balen Fernandes (Comitê de Inserção Profissional).

Estendemos nosso reconhecimento aos professores Antônio Carlos de Souza Lima (ex-presidente da ABA), Mariana Balen Fernandes, Miriam Pillar Grossi e Deborah Bronz, que participaram do webinar “Antropologia online: A expansão dos cursos de Antropologia na Educação a Distância no Brasil”, realizado em novembro de 2024, e cujas contribuições foram fundamentais para os caminhos analíticos que o livro percorre.

Agradecemos à Fundação Ford e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq processo 409903/2022-1)

pelo apoio financeiro que originou esta publicação, e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo suporte por meio do programa Jovem Cientista do Nosso Estado, concedido ao Flavio Carvalhaes, cujos recursos foram decisivos para a viabilização editorial deste volume.

Nosso reconhecimento também à professora Helena Sampaio, pelos comentários generosos ao manuscrito e pela abertura ao diálogo durante seu período à frente da Secretaria de Regulação e Supervisão do Ensino Superior do Ministério da Educação. Aproveitamos para agradecer igualmente aos servidores da Secretaria que colaboraram com o esclarecimento sobre aspectos da legislação e da regulação de cursos no ensino superior discutidos neste livro.

A todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram com este trabalho — nosso mais sincero agradecimento.

# SUMÁRIO

<b>8</b>	Prefácio Andréa Zhouri	
<b>18</b>	Padrões e tendências da expansão do ensino superior brasileiro entre 2010 e 2023	
	A produção dos dados	18
	Resultados	20
<b>41</b>	Cursos de especialização em Antropologia na educação a distância	
<b>71</b>	Regulação e supervisão dos cursos de Antropologia a distância no Brasil	
<b>84</b>	Para uma agenda de trabalho sobre os cursos de Ciências Sociais e Antropologia e ensino a distância no Brasil	
<b>93</b>	Referências bibliográficas	

# Prefácio

**Andréa Zhouri**  
**Presidente da ABA (gestão 2023–2024)**

Com grande satisfação, a ABA oferece este estudo inédito sobre a *expansão dos cursos de Antropologia na Educação a Distância no Brasil*, de autoria de Guillermo Vega Sanabria, Lucas Maroto Moreira e Flavio Carvalhaes. Trata-se de um livro que resulta de levantamento pioneiro sobre um tema que vem chamando a atenção da comunidade antropológica do país nos últimos anos e sobre o qual ainda não se tinha um conhecimento sistematizado a respeito. Embora a ABA registre um histórico de pesquisas sobre o campo da Antropologia no Brasil (a exemplo de Trajano Filho e Lins Ribeiro, 2004; Simião e Feldman-Bianco, 2018), sobretudo com enfoque nos cursos de pós-graduação e de graduação *stricto sensu*, ainda não contávamos com informações compiladas sobre os cursos de Antropologia *lato sensu*, principalmente os de especialização oferecidos na modalidade a distância, cuja crescente oferta surpreende pelo expressivo marketing nas plataformas digitais.

De fato, foi por meio de uma dessas propagandas, que vinculava o ensino de Antropologia a conteúdos de ordem religiosa e missionária, que o sinal de alerta Acendeu-se para a Diretoria da ABA em meados de 2023. Até então, tínhamos informações muito esparsas sobre a existência de alguns cursos. Faltava-nos, todavia, uma visão de conjunto que pudesse nos orientar sobre questões como o seu quantitativo no país, suas origens institucionais, distribuição por estados, grades curriculares, tipos de formação oferecidas, campos de atuação profissional dos egressos, entre outras.

Considerando os compromissos assumidos pela gestão *Corpos, Territórios e Meio Ambiente: a Antropologia em defesa dos direitos, da*

*pluralidade e da vida* (ABA 2023–2024), que visavam, entre outras prioridades, a continuidade da luta pela valorização das Ciências Humanas no país e as ações para a proteção e o fortalecimento da atuação profissional de antropólogos e antropólogas em contextos de violência, conflitos ambientais e territoriais, foi solicitado à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ABA um estudo sobre os cursos de Antropologia *lato sensu* no Brasil, com ênfase na modalidade EaD. Se, numa perspectiva geral, a existência de cursos de educação a distância cumpre um importante papel como dispositivo de democratização do acesso à formação superior para grande parte da população brasileira, por outro lado, o mercado da privatização do ensino superior igualmente prolifera desafiando as políticas públicas de regulação e de monitoramento por parte do Estado. Frente aos desafios específicos da formação e da prática da Antropologia no Brasil, sobretudo no que diz respeito à produção de laudos antropológicos em contextos de conflitos territoriais, caberia à Associação Brasileira de Antropologia produzir um conhecimento sobre a configuração desse campo na atualidade. A demanda da diretoria foi prontamente abraçada pelo coordenador da Comissão, Guillermo Vega Sanabria, e recursos da Fundação Ford possibilitaram viabilizar a dedicação de Lucas Moreira à pesquisa por um período de seis meses.

No meio tempo, a diretoria também realizou gestões junto ao MEC. Fomos recebidos em Brasília para uma reunião com a então secretária de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES/MEC), Helena Maria Sant’ana Sampaio Andery, que na ocasião ofereceu um panorama sobre a existência dos cursos superiores na modalidade EaD no país e as políticas do MEC a respeito. Ficamos conhecendo a plataforma e-MEC, por meio da qual os cursos da educação superior são cadastrados, mas não necessariamente credenciados, uma diferença que nos pareceu relevante. As demandas de informações específicas sobre a Antropologia foram, então, formalizadas por meio do ofício 076/2023, datado de 24 de outubro de 2023. A resposta da SERES/MEC foi enviada à ABA em março do ano seguinte, contendo a lista completa com informações dos cursos de Antropologia do país

cadastrados na plataforma e-MEC. A essa altura, a pesquisa de Guillermo e Lucas já estava em fase de compilação dos dados. Um relatório preliminar foi compartilhado com a diretoria e membros do conselho diretor da ABA e, na sequência, apresentado publicamente em webinar realizado em novembro de 2024. Na ocasião, participaram do debate os membros do conselho diretor da ABA, Miriam Pillar Grossi e Antônio Carlos de Souza Lima, assim como Mariana Balen, coordenadora do Comitê de Inserção Profissional da ABA.<sup>1</sup>

Este livro resulta, portanto, desse percurso de pesquisa e de ações promovidas pela ABA, sendo acrescido das valiosas contribuições de Flavio Carvalhaes sobre a expansão do ensino superior no Brasil, suas particularidades e como elas se articulam aos cursos de graduação em Ciências Sociais, os quais também são tradicionalmente responsáveis pela formação em Antropologia. Espera-se que este primeiro trabalho panorâmico sobre os cursos de Antropologia no modo EaD no Brasil, realizado principalmente a partir de levantamentos quantitativos, possa inspirar outras pesquisas que não apenas lhe deem continuidade, mas aportem novas questões e iluminem interpretações sobre a atualidade do campo da Antropologia no Brasil e seus desafios. A produção desse conhecimento é fundamental no contexto sociopolítico do país hoje, em que o campo de trabalho para antropólogos abre-se em contextos de desastres e de conflitos socioambientais e territoriais, disputas por terra, água e território, na mesma proporção em que esse trabalho também é colocado em suspeição por forças negacionistas das mudanças climáticas e dos direitos indígenas e de povos e comunidades quilombolas e tradicionais. A formação sólida, ética e responsável em Antropologia é condição basilar para o fortalecimento do campo disciplinar e, acima de tudo, para as incidências da Antropologia na esfera pública do Brasil.

---

1 Disponível pela TVABA em: [https://www.youtube.com/watch?v=iamcUI\\_Lnd8&t=16s](https://www.youtube.com/watch?v=iamcUI_Lnd8&t=16s). Acesso em: 16 de abril de 2025.

# Antropologia online

## A expansão dos cursos de Antropologia na Educação a Distância no Brasil

A experiência no mundo online e a intensificação da mediação tecnológica e digital dominam quase todos os aspectos da vida contemporânea. Relações pessoais, trocas econômicas e dinâmicas políticas passaram a acontecer, em grande parte, em ambientes virtuais. A educação é uma das áreas mais profundamente impactadas por essa transformação. A análise que apresentamos neste livro revela uma mudança significativa — e até então silenciosa — na oferta de cursos de graduação em Ciências Sociais e de especialização em Antropologia (pós-graduação *lato sensu*), no Brasil. O estudo mostra as implicações da adoção massiva da Educação a Distância (EaD), impulsionada por instituições privadas ligadas a grandes corporações educacionais com fins lucrativos. Ao examinar a expansão do ensino remoto no ensino superior nas Ciências Sociais no Brasil, discutimos as tensões e os desafios dessa nova configuração, explorando seus impactos para a formação dos cientistas sociais como um todo e, especialmente, de antropólogos e para a própria disciplina.

Este trabalho apresenta uma análise sobre os cursos de graduação em Ciências Sociais (bacharelado e licenciatura) e os cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* em Antropologia, com foco na EaD. O estudo abrange: 1) a criação desses cursos, em meio à expansão do sistema universitário nas últimas duas décadas, conforme dados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024; 2023); 2) as informações oficiais sobre os cursos na EaD, disponíveis em bases de dados do Ministério da Educação (MEC);

3) o quadro legal do ensino superior no Brasil e a regulação da EaD; 4) uma série de temas emergentes para uma agenda de trabalho da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) nessa área.

O levantamento de informações foi realizado entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024, com uma atualização em outubro desse último ano. O primeiro passo consistiu em fazer um amplo levantamento nos microdados do Censo do Ensino Superior (Brasil. Inep, 2024; 2023) para identificar as tendências na oferta de ensino superior no país. Até onde sabemos, não há outros estudos que comparem os cursos de graduação em Ciências Sociais e Antropologia entre si, nem com as tendências mais amplas de expansão do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, este trabalho contribui para discussões que interessam à ABA e a outras associações científicas das Ciências Sociais, como a SBS (Sociedade Brasileira de Sociologia), a ABCP (Associação Brasileira de Ciência Política) e a Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais).

Em seguida, exploramos por meio da plataforma e-MEC<sup>1</sup> os cursos de especialização *lato sensu* identificados como pertencentes à área de Antropologia e ofertados na modalidade EaD. Também reunimos informações sobre as instituições responsáveis, ano de criação, cursos ativos e inativos, distribuição por estados, além de dados relativos aos coordenadores,

---

1 O e-MEC é a base de dados oficial dos cursos e das Instituições de Educação Superior (IES) no Brasil. Os dados da plataforma devem estar em conformidade com os atos que autorizam os cursos e as IES, emitidos pelo Poder Público ou pelo órgão competente, dentro dos limites da autonomia institucional. As informações inseridas pelas IES dos Sistemas Estaduais, reguladas e supervisionadas pelos respectivos Conselhos Estaduais de Educação, ou pelas IES do Sistema Federal, no contexto da autonomia universitária, são de caráter declaratório. Isso significa que a veracidade das informações disponibilizadas é de responsabilidade da própria instituição, conforme a legislação vigente. No caso dos cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), as informações são também as que declaram as IES, que, igualmente, assumem a responsabilidade pela veracidade do cadastro, de acordo com a legislação. Informações disponíveis em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova> (acesso em 10 de abril de 2024).

docentes, discentes e outros aspectos relevantes para caracterizar preliminarmente os cursos online.

Este trabalho teve origem na hipótese de que a oferta de cursos de Antropologia na EaD envolvia a participação de organizações religiosas e missionárias. Essa percepção, baseada em publicidade que circula na internet, motivou a demanda inicial da Diretoria da ABA, presidida pela professora Andréa Zhouri Laschefski. No entanto, ao longo da pesquisa, encontramos informações limitadas sobre os mantenedores ou proprietários das instituições que ofertam os cursos nessa modalidade de ensino, sem que chegássemos a identificar de modo claro e inequívoco a participação dessas organizações. Ainda assim, há indícios de que instituições religiosas oferecem cursos de especialização em diversas áreas, incluindo disciplinas nomeadas como “Antropologia”.

Por exemplo, o Centro Universitário Claretiano, mantido pela Congregação dos Missionários Claretianos, oferece diversos cursos de especialização *lato sensu* online relacionados à Antropologia, incluindo Iconografia Cristã e Antropologia (código 163218), Antropologia Biológica (código 207520), Arqueologia (117819), Arqueologia Bíblica (207545), Cultura e História dos Povos Indígenas (código 163148) e História e Cultura Afro-brasileira e Africana (código 19107). Já a Faculdade Cristo Rei, da qual presumimos seu caráter confessional, disponibiliza especializações a distância online em Antropologia da Religião (código 159154) e Antropologia Teológica e Direitos Humanos (código 159160). Embora não faça parte do escopo deste trabalho, também identificamos que a UniEVANGÉLICA (Universidade Evangélica de Goiás), mantida pela Sociedade Educativa Evangélica, oferece o curso de especialização Antropologia Intercultural (código 8814), mas desta vez de modo presencial.<sup>2</sup>

---

2 Informações disponíveis nas páginas de internet dessas IES, a saber: <https://claretiano.edu.br/pos-graduacao>; <https://ead.faccrei.edu.br/cursos/pos-graduacao> e <https://www4.unievangelica.edu.br/especializacao-mba/pos-graduacao-em-antropologia-intercultural> (acesso em 1º de novembro de 2024).

Ainda que não seja possível descartar a existência de cursos de especialização em Antropologia oferecidos por organizações religiosas, esse é um assunto que requer uma investigação mais aprofundada, utilizando-se de outras bases de dados e abordagens complementares. Um aspecto crucial é identificar o perfil das instituições responsáveis por esses cursos, indo além dos nomes fantasia das IES, a fim de compreender quem são seus proprietários e controladores.

Essa situação tem sido objeto de atenção da ABA, que tem respondido de forma contundente, sobretudo diante do surgimento em tempos recentes de “contralaudos” e “laudos contestatórios”. Esses documentos são produzidos por indivíduos que se autodeclaram antropólogos, alguns dos quais têm apenas formação em cursos de especialização e carecem da qualificação técnica, teórica e metodológica necessária. Mais preocupante ainda é o fato de que essa atuação parece ter como objetivo principal prejudicar as reivindicações de comunidades tradicionais na Justiça, conforme observado pela ABA por meio do seu Comitê de Inserção Profissional do Antropólogo, pelo menos desde a década de 2010 (Müller; Fernandes, 2018; Sprandel; Barretto, 2018).

\* \* \*

O período analisado neste trabalho, de 2008 até 2023, reflete parcialmente os efeitos da expansão do ensino superior no Brasil a partir dos anos 2000 e contempla o aumento dos cursos de Ciências Sociais e Antropologia na graduação, e Antropologia na pós-graduação *lato sensu* (Brasil, 2019; Leal, Vega Sanabria e Cariaga, 2021). Porém, até então o interesse da ABA concentrou-se nos cursos presenciais de pós-graduação *stricto sensu* (cf. Simião; Feldman-Bianco, 2018). O aspecto inovador deste estudo é a disponibilização, pela primeira vez, de informações sobre cursos de graduação presenciais e online em Ciências Sociais e especializações *lato sensu* de Antropologia na EaD.

A atenção às Ciências Sociais como um todo se justifica porque essa área continua sendo a principal via de formação em Antropologia no nível de graduação, a partir da qual antropólogos atuam junto a outros profissionais na preparação dos futuros cientistas sociais no Brasil. Nossa análise revela uma mudança profunda na formação de cientistas sociais no país: em 2023, a educação a distância em instituições privadas com fins lucrativos tornou-se a principal forma de ingresso na área. Esse fenômeno não se limita à graduação, mas se estende à crescente oferta de cursos de especialização em Antropologia na modalidade EaD, incluindo a constatação inédita da existência de pelo menos um bacharelado online na disciplina.

Diante desse cenário, é fundamental conhecer como essa oferta surge e se organiza, haja vista que, pela primeira vez na história da Antropologia no país, quase todas as especializações online são oferecidas por instituições privadas, majoritariamente vinculadas a grandes corporações educacionais com fins lucrativos.

Com efeito, no cenário da EaD no Brasil, destaca-se a presença dominante dessas grandes corporações, conhecidas como *edtechs*. O termo *edtechs*, abreviação de *Educational Technology*, refere-se a empresas que desenvolvem soluções tecnológicas para a oferta de serviços relacionados à educação, como plataformas de ensino, cursos online, jogos educativos e sistemas de gestão de aprendizado (Paiva, 2023, p. 14). Para compreender a oferta de cursos de especialização na EaD, é necessário analisar o ensino superior como um todo e a estruturação das oportunidades educacionais no país. Como veremos, um número reduzido de cursos nessas instituições concentra a maior parte dos ingressantes e matrículas em graduações de Ciências Sociais no Brasil.

A análise desses padrões permite considerar perguntas centrais para as Ciências Sociais e a Antropologia no país: onde se formam as futuras gerações de cientistas sociais? O que é, literalmente, vendido como Antropologia em cursos de especialização *lato sensu* na EaD assim privatizada? Considerando o modelo de negócio dessas instituições, como suas práticas pedagógicas garantem o ensino e a aprendizagem da disciplina?

Além disso, como esse fenômeno afeta a configuração do campo formativo e o exercício profissional da Antropologia? Quando falamos em exercício profissional, aliás, importa investigar tanto as competências adquiridas e os destinos profissionais dos egressos quanto o exercício da docência, especialmente as qualificações acadêmicas e as condições de trabalho dos professores contratados nesses cursos.

O trabalho divide-se em quatro seções. A primeira, “Padrões e tendências da expansão do ensino superior brasileiro entre 2010 e 2023”, apresenta dados sobre o crescimento da oferta de cursos de graduação. Esses dados situam o surgimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* na EaD dentro desse processo mais amplo da expansão do ensino superior. O Censo indica que a expansão foi impulsionada principalmente pelo aumento da participação de instituições particulares e pela rápida proliferação de cursos na EaD, como também aponta diversos estudos recentes (Balbachevsky *et al.*, 2019; Cislighi, 2019; Peixoto; Pinto, 2021; Santos *et al.*, 2020; Sampaio, 2020).

Sampaio (2020) refere-se explicitamente a um processo de mercantilização e privatização do ensino superior no Brasil, impulsionado pelo surgimento de novos fornecedores e pelo financiamento com dinheiro público de estudantes no setor privado. Segundo a autora, duas características distinguem esse processo no Brasil: i) a construção de um arcabouço legal desde a década de 1960, que facilitou o crescimento do setor privado e, mais recentemente, permitiu o surgimento de grandes grupos com fins lucrativos; e ii) o predomínio, desde a década de 1970, das matrículas na rede privada, que supera amplamente a rede pública e está cada vez mais concentrada em um pequeno número de grandes conglomerados empresariais (ver também Carvalhaes *et al.*, 2023).

A segunda seção, “Cursos de especialização em Antropologia na educação a distância”, apresenta uma caracterização desses cursos com base nas informações disponíveis na plataforma e-MEC até novembro de 2023, algumas das quais foram atualizadas em outubro de 2024. A análise da série histórica de 2008 a 2023 revela um aumento na criação de

curso EaD a partir de 2017, com intensificação em 2019 – um fenômeno apenas parcialmente explicável pela pandemia de covid-19, declarada oficialmente em 2020. Além disso, observa-se a predominância de cursos oferecidos por instituições privadas com fins lucrativos, reforçando uma tendência histórica.

As últimas duas seções, “Regulação e supervisão dos cursos de Antropologia a distância no Brasil” e “Para uma agenda de trabalho sobre os cursos de Ciências Sociais e Antropologia e ensino a distância no Brasil”, apresentam reflexões a serem aprofundadas com base em novos dados e discussões. A primeira seção documenta os contatos realizados ao longo de 2024 pela Diretoria da ABA com a SERES (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior), em busca de informações sobre o credenciamento e a avaliação de cursos de graduação e de especialização em Antropologia na EaD. Na segunda, apontamos temas emergentes, no intuito de dar continuidade às discussões aqui propostas, especialmente no âmbito da ABA e de outras associações profissionais das Ciências Sociais no país.

# Padrões e tendências da expansão do ensino superior brasileiro entre 2010 e 2023

## A produção dos dados

De acordo com o relatório *Um olhar sobre o ensino superior no Brasil*, produzido pela Academia Brasileira de Ciências (ABC, 2024), apenas 22% da população brasileira entre 25 e 34 anos têm diploma universitário. Esse percentual é inferior à média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que é de 47%. Segundo o relatório *Education at a Glance 2024* (OCDE, 2024), 63% dos estudantes que concluíram a graduação nos países da OCDE o fizeram em instituições públicas. No Brasil, no entanto, a educação superior é predominantemente privada, e esse setor continua se expandindo (Prates, 2010). Globalmente, a participação de graduados em instituições privadas cresceu três pontos percentuais entre 2013 e 2022. No Brasil, essa proporção aumentou de 77% para 81% no mesmo período (OCDE, 2024, p. 4).

Nesta seção descrevemos os padrões de oferta de ensino superior no Brasil. Esse é um passo necessário para documentar o crescimento de certos perfis institucionais, notadamente o ensino a distância em instituições privadas com fins lucrativos. Em seguida, aprofundamos na análise da oferta de cursos de especialização *lato sensu* em Antropologia. Uma das inovações deste estudo é fazer recortes específicos para situar as Ciências Sociais no contexto da expansão do ensino superior entre 2010 e 2023 — um exercício que, até onde identificamos, é inédito. Esse enfoque nos permitirá responder questões centrais sobre a formação de antropólogos e cientistas

sociais no país, além de avaliar se os padrões observados em outros cursos e no ensino superior como um todo também se aplicam a esses campos.

Para a produção dos resultados apresentados a seguir, utilizamos os microdados do Censo do Ensino Superior de 2010 a 2023, referente aos cursos e instituições e ensino superior. Os dados estão publicamente disponíveis no site do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). Seguindo as orientações para cálculo dos indicadores descritos na documentação das bases de dados, excluímos as observações referentes a cursos sequenciais de formação específica (variável *tp\_nivel\_academica* = 2) e a cursos a distância ofertados por instituições brasileiras no exterior (variável *tp\_dimensao* = 4).

A exclusão dos cursos sequenciais justifica-se pela sua progressiva extinção no sistema de ensino superior brasileiro, conforme estabelecido pela Resolução nº 1, de 22 de maio de 2017 (Brasil, 2017). Já a exclusão dos cursos ofertados por instituições brasileiras no exterior deve-se ao fato de nossa análise concentrar-se exclusivamente nas dinâmicas do ensino superior dentro do território nacional.

Também fizemos uma recodificação simples para corrigir inconsistências nas observações dos cursos de Medicina e Direito. Nos casos em que esses cursos estavam erroneamente registrados como ofertados na modalidade a distância (variável *tp\_modalidade\_ensino* = 2), recodificamos a variável para ensino presencial (variável *tp\_modalidade\_ensino* = 1). Essa correção afetou 296 observações, envolvendo 1.140 ingressantes e 5.237 matrículas. Esse ajuste foi necessário para garantir a conformidade com as diretrizes curriculares dessas áreas e com as normativas de seus respectivos órgãos de representação profissional — a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o CFM (Conselho Federal de Medicina) —, que não permitem a formação em modalidade EaD para esses cursos.

A inconsistência encontrada na base de dados resulta de erros nos registros e da falta de correção por parte da própria agência estatística responsável. Contudo, não se deve exagerar o impacto da inconsistência: em um universo de milhares de observações ao longo do tempo, trata-se de

uma imprecisão pequena e não compromete a qualidade dos dados ou a precisão geral destes. Erros dessa natureza são relativamente comuns na produção estatística e devem ser corrigidos para assegurar maior fidelidade na análise.

Por fim, recodificamos as observações referentes a instituições públicas municipais (variável *tp\_categoria\_administrativa* = 3), reclassificando-as como instituições privadas sem fins lucrativos. Essa alteração envolveu 8.400 observações, abrangendo um total de 269.809 ingressantes e 900.557 matrículas. Adotamos a mesma abordagem para instituições classificadas como especiais (variável *tp\_categoria\_administrativa* = 7), o que resultou na recodificação de 11.527 observações, referentes a 218.945 ingressantes e 683.190 matrículas. Estamos atentos às diferenças de governança dessas instituições quando comparadas a outros tipos de instituições sem fins lucrativos, especialmente no que se refere à supervisão e regulação. Contudo, para os fins das análises que se seguem, não faria sentido tratá-las de forma separada, principalmente com o intuito de simplificar as ilustrações, tabelas e análises.

## Resultados

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior de 2023, publicados em 2024 pelo Inep, o Brasil conta com 2.580 instituições de ensino superior (IES). Dessas, 87,8% (2.264) são privadas e 12,2% (316) são públicas. Entre todas as IES do país, 75,2% são faculdades, enquanto apenas 7,9% são universidades, considerando tanto públicas quanto privadas. Em 2002, o Brasil tinha 42 universidades federais distribuídas por todos os estados e pelo Distrito Federal. Esse número cresceu para 69 no século XXI. Apesar desse aumento, a expansão das universidades federais não altera significativamente o quadro geral do ensino superior no país. Em 2023, as 69 universidades federais representavam apenas 2,7% do total de IES em território nacional, evidenciando a predominância das instituições privadas no setor.

TABELA 1. NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA — BRASIL, 2023

Ano	Total	Centro							
		Universidade		Universitário		Faculdade		IF e Cefet	
		Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
2023	2580	110	95	2	391	106	1835	41	N.A

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2023. Elaboração própria.

A Figura 1 adiciona uma perspectiva temporal a esses dados. Observamos uma estabilidade na distribuição das IES em quase todas as combinações de organização acadêmica e categoria administrativa. A única exceção são os centros universitários privados, que passaram de 125 para 391 entre 2010 e 2023, um crescimento de 312%.

Pela legislação vigente, instituições classificadas como centros universitários não precisam de autorização da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC para abrir novos cursos e vagas. Isso confere maior flexibilidade para se adaptar ao mercado, permitindo a abertura e o fechamento de cursos sem as mesmas exigências impostas às universidades e faculdades. Essa liberdade regulatória explica a rápida expansão dos centros universitários privados nos últimos anos, tornando essa opção administrativa uma escolha estratégica para o setor ao evitar as exigências de pesquisa e pós-graduação das universidades, assim como a burocracia para a criação de cursos e vagas.

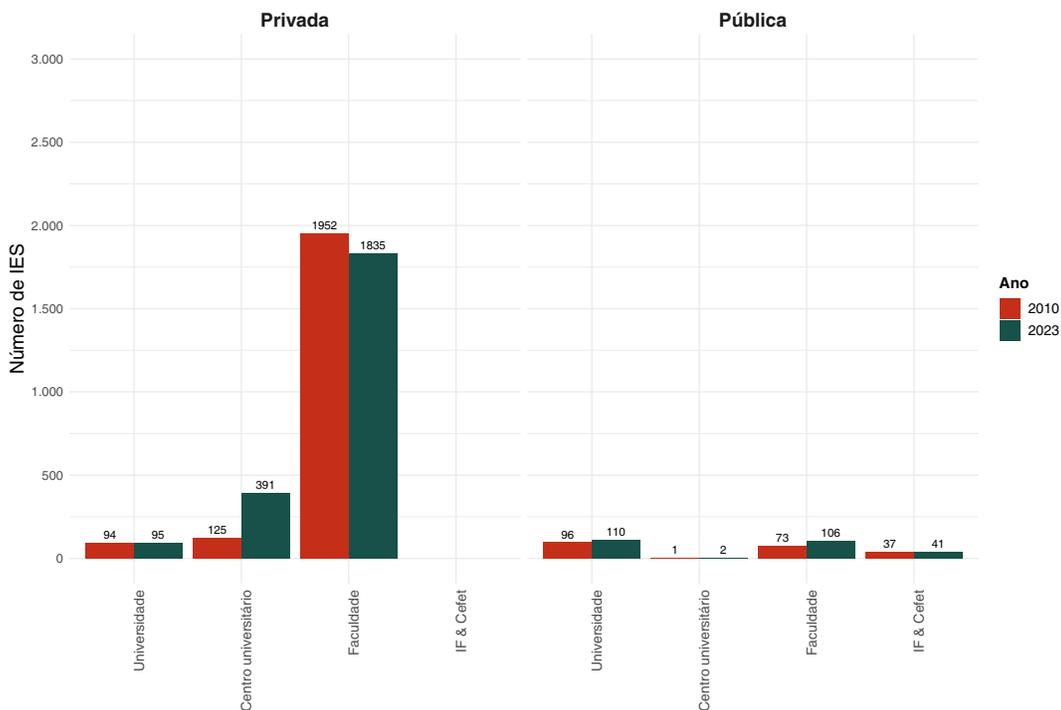


Figura 1. Número de instituições de educação superior por organização acadêmica e categoria administrativa. Brasil, 2010–2023

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 e 2023. Elaboração própria.

Em 2023, 4,9 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação no Brasil. Destes, 88,6% o fizeram em instituições privadas. O crescimento no número de ingressantes entre 2010 e 2023 foi impulsionado quase exclusivamente pelo ensino a distância (EaD). Como mostra o Gráfico 2, o número de novos estudantes na modalidade EaD aumentou de 380.328 para 3.098.768 nesse período, um crescimento de 8,1 vezes.

O painel C da Figura 2 mostra que o crescimento da EaD ocorreu principalmente em instituições privadas com fins lucrativos, que concentraram quase todo o aumento de ingressantes. Em contraste, todas as

outras combinações de modalidade e categoria administrativa permaneceram estáveis ou registraram queda. O número de ingressantes em cursos presenciais, por exemplo, caiu de 1.801.901 para 1.656.172 entre 2010 e 2023, uma redução de 8%, sobretudo no setor privado.

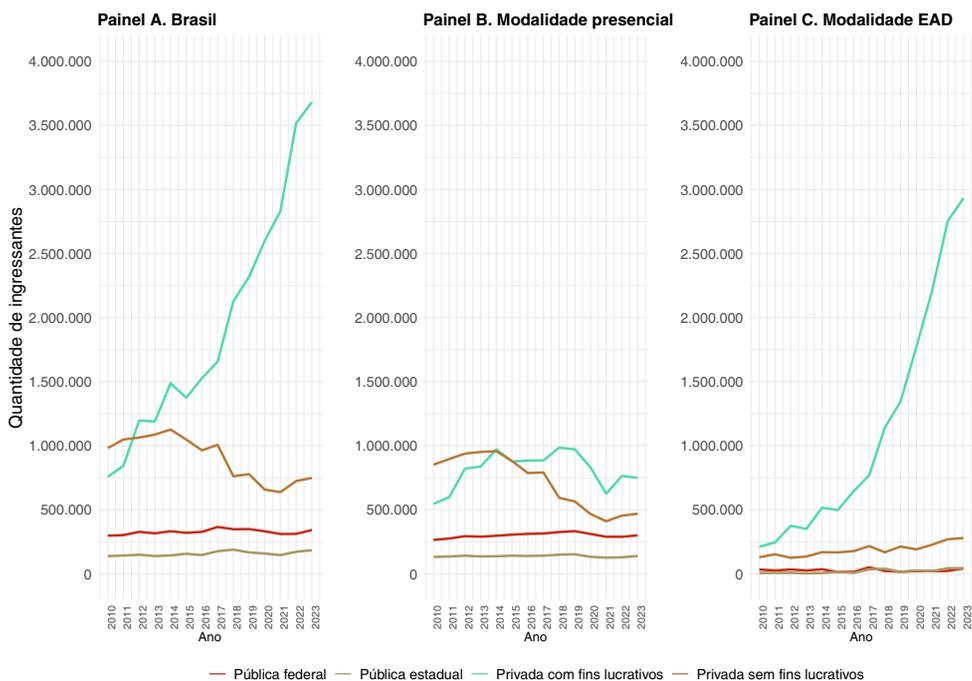


Figura 2. Número de ingressantes por modalidade de ensino e categoria administrativa no ensino superior. Brasil, 2010–2023

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

Essas mudanças também impactaram o número total de matrículas, conforme apresentado na Figura 3. Em 2023, o Brasil registrou 9.974.016 matrículas no ensino superior. Destas, 6.160.919 (61%) estavam em instituições privadas com fins lucrativos, e 1.821.479 (18%), em instituições privadas sem fins lucrativos, fazendo com que o setor privado respondesse por 79% do total – um aumento em relação aos 75% registrados em 2010.

O crescimento expressivo da EaD também reflete na distribuição total de alunos. Entre 2010 e 2023, as matrículas nessa modalidade em instituições privadas com fins lucrativos passaram de 929.985 para 4.910.515 – um aumento de cinco vezes. A tendência de crescimento contínuo da EaD já havia sido identificada por estudos anteriores, que apontam uma aceleração a partir dos anos 2000, especialmente em instituições privadas ligadas a grandes conglomerados educacionais (Carvalhoes; Medeiros; Santos, 2023).

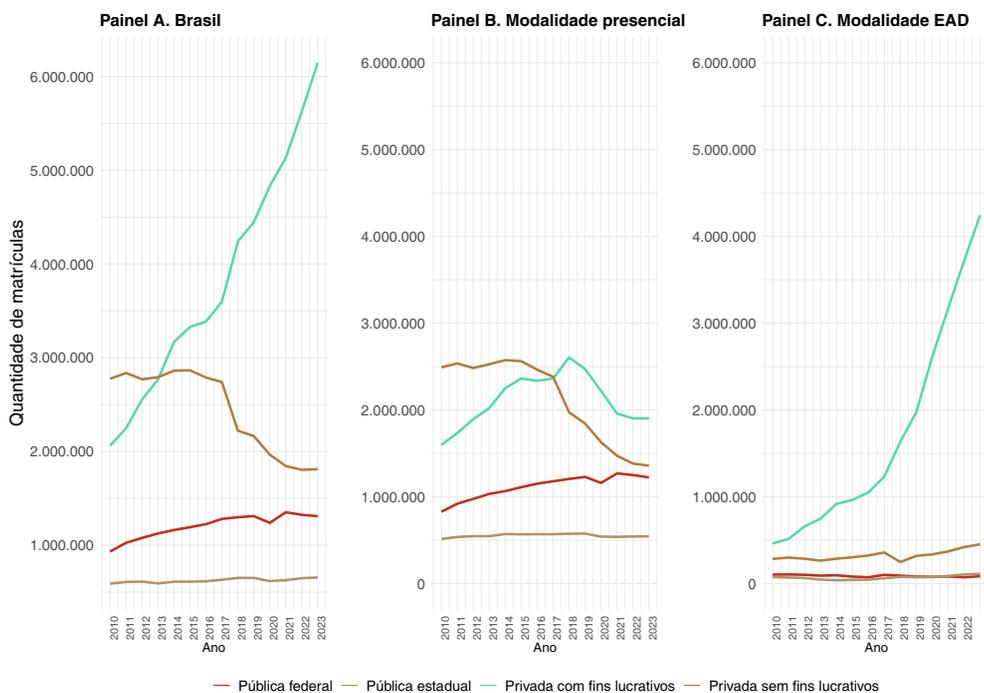


Figura 3. Número de matrículas por modalidade de ensino e categoria administrativa no ensino superior. Brasil, 2010–2023

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

Desde 2020, o número de ingressantes na EaD já supera o de cursos presenciais, marcando uma mudança histórica no ensino superior brasileiro. Nossa análise sugere que, em breve, a proporção de matrículas na EaD também ultrapassará os 50%, consolidando a modalidade como dominante no país.

Os dados do último Censo da Educação Superior (2023) confirmam o predomínio da EaD, que já responde por 67% dos ingressantes em cursos de graduação, enquanto os cursos presenciais representam apenas 33%. A Tabela 2 mostra que esse crescimento é impulsionado quase exclusivamente pelas instituições privadas com fins lucrativos. Em contraste, nas demais categorias de instituições, os ingressantes ainda se concentram majoritariamente na modalidade presencial.

O Painel B da Tabela 2 evidencia que a EaD consolida-se rapidamente como o principal formato de ensino no Brasil, aproximando-se da metade do total de matrículas no ensino superior. Ao longo da série temporal analisada, fica claro que o setor privado com fins lucrativos se tornou a principal rede de oferta no país, sustentando sua expansão com base no ensino a distância.

Os dados evidenciam um contraste significativo entre a oferta de cursos presenciais e aqueles a distância nas IES do Brasil. As IES públicas, que representam pouco mais de 12% do sistema, concentram a oferta de cursos presenciais de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, tanto em geral quanto nas áreas de Ciências Sociais e Antropologia. Em contrapartida, as IES privadas dominam quase completamente a oferta de cursos de especialização em Antropologia na modalidade EaD. Com exceção de uma pequena parcela de sete cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados por IES públicas (3,2% do total ofertado no país).

TABELA 2. PROPORÇÃO DE INGRESSANTES EM ENSINO A DISTÂNCIA POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA. BRASIL, 2010–2023.

	<b>Brasil</b>	<b>Pública federal</b>	<b>Pública estadual</b>	<b>Privada com fins lucrativos</b>	<b>Privada sem fins lucrativos</b>
Painel A. Ingressantes					
2010	17%	11%	5%	28%	13%
2011	18%	9%	5%	29%	15%
2012	20%	10%	5%	31%	12%
2013	19%	8%	2%	30%	12%
2014	24%	11%	5%	35%	15%
2015	24%	4%	10%	36%	16%
2016	28%	5%	5%	42%	18%
2017	33%	14%	20%	47%	21%
2018	40%	6%	21%	54%	22%
2019	44%	5%	9%	58%	27%
2020	54%	6%	16%	68%	29%
2021	63%	7%	14%	78%	36%
2022	65%	7%	25%	78%	37%
2023	67%	12%	24%	80%	37%
Painel B. Matrículas					
2010	15%	11%	13%	22%	10%
2011	15%	10%	12%	23%	11%
2012	16%	9%	11%	26%	10%
2013	16%	8%	8%	27%	10%
2014	17%	8%	6%	29%	10%
2015	17%	7%	7%	29%	11%
2016	19%	6%	7%	31%	12%
2017	21%	8%	10%	34%	13%
2018	24%	7%	12%	39%	11%
2019	29%	6%	11%	44%	15%
2020	36%	6%	12%	54%	17%
2021	41%	6%	14%	62%	20%
2022	46%	6%	16%	66%	23%
2023	49%	7%	17%	69%	25%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

Antes de analisar a evolução dos cursos de graduação exclusivamente classificados como Antropologia, cabe analisar a evolução dos indicadores para bacharelados e licenciaturas em Ciências Sociais, comparados com outros cursos presentes no ensino superior do país, como Pedagogia/Formação de professores, Administração, Direito, Medicina e Relações Internacionais. A escolha desses cursos baseou-se em três critérios:

- Tamanho da oferta (Administração, Direito e Pedagogia/Formação de professores).
- Status e retorno no mercado de trabalho (Medicina).
- Proximidade temática com a Antropologia e as Ciências Sociais (Relações Internacionais).

Os cursos foram selecionados a partir das variáveis *no\_cine\_rotulo* do Censo do Ensino Superior. Dessa forma, foram incluídos:

- Ciências Sociais: foram selecionados entre aqueles que tinham como rótulo os valores “Antropologia”, “Ciência Política”, “Ciências Sociais” e “Sociologia”.
- Licenciaturas em Ciências Sociais: cursos com o rótulo “Ciências Sociais formação de professor”.
- Pedagogia/Formação de professor: são cursos classificados como “Educação infantil formação de professor”, “Educação do campo formação de professor”, “Educação especial formação de professor”, “Educação indígena formação de professor”, “Formação pedagógica de professor para educação básica”, “Pedagogia”.
- Administração: são aqueles classificados como “Administração” e “Administração pública”.
- Direito, Medicina e Relações Internacionais: foram considerados isoladamente, sem agregações, pois aparecem com essas palavras como rótulos na variável *no\_cine\_rotulo*.

A categoria “Outros” engloba todos os demais cursos do ensino superior brasileiro. As Tabelas 3, 4 e 5 detalham a quantidade, o tamanho dos cursos e a proporção relativa destes, ingressantes e matrículas entre 2020 e 2023.

É desse universo que retiraremos as observações para aprofundar na análise da oferta de ensino superior no país. O objetivo é entender como diferentes áreas, categorias administrativas e modalidades de ensino combinam-se ao longo do período.

As Tabelas 3, 4 e 5 apresentam, em cada ano, o número e a proporção de cursos, ingressantes e matrículas nos cursos analisados. Já as tabelas 6, 7 e 8 focalizam dois momentos específicos — 2010 e 2023 —, evidenciando as taxas de crescimento e considerando setor e modalidade como variáveis centrais para análise.

TABELA 3. NÚMERO DE CURSOS E PROPORÇÃO RELATIVA NO ANO DE CURSOS SELECIONADOS. BRASIL, 2010–2023.

	Administração		Ciências Sociais		Direito		Formação de professores		Licenciatura Ciências Sociais		Medicina		Relações Internacionais		Outros		Total	
	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha
2010	2.487	8,40%	107	0,36%	1.093	3,69%	1.962	6,63%	116	0,39%	181	0,61%	103	0,35%	23.556	79,57%	29605	100%
2011	2.319	7,59%	110	0,36%	1.122	3,67%	1.885	6,17%	124	0,41%	181	0,59%	112	0,37%	24.697	80,84%	30.550	100%
2012	2.273	7,10%	116	0,36%	1.158	3,62%	1.869	5,84%	136	0,42%	199	0,62%	121	0,38%	26.138	81,66%	32.010	100%
2013	2.179	6,76%	110	0,34%	1.149	3,56%	1.783	5,53%	142	0,44%	206	0,64%	121	0,38%	26.544	82,35%	32.234	100%
2014	2.177	6,57%	111	0,33%	1.146	3,46%	1.769	5,34%	135	0,41%	242	0,73%	118	0,36%	27.443	82,81%	33.141	100%
2015	2.179	6,45%	105	0,31%	1.172	3,47%	1.707	5,06%	127	0,38%	257	0,76%	123	0,36%	28.097	83,21%	33.767	100%
2016	2.202	6,36%	105	0,30%	1.184	3,42%	1.683	4,86%	122	0,35%	270	0,78%	126	0,36%	28.929	83,56%	34.621	100%
2017	2.242	6,29%	105	0,29%	1.203	3,38%	1.724	4,84%	118	0,33%	289	0,81%	132	0,37%	29.817	83,69%	35.630	100%
2018	2.337	6,12%	110	0,29%	1.303	3,41%	1.825	4,78%	124	0,32%	322	0,84%	139	0,36%	32.051	83,88%	38.211	100%
2019	2.403	5,91%	113	0,28%	1.569	3,86%	1.922	4,73%	139	0,34%	339	0,83%	147	0,36%	34.041	83,69%	40.673	100%
2020	2.352	5,57%	125	0,30%	1.625	3,85%	1.966	4,66%	144	0,34%	350	0,83%	151	0,36%	35.495	84,10%	42.208	100%
2021	2.387	5,51%	134	0,31%	1.704	3,93%	1.976	4,56%	146	0,34%	366	0,84%	157	0,36%	36.487	84,15%	43.357	100%
2022	2.394	5,29%	139	0,31%	1.802	3,98%	2.004	4,43%	154	0,34%	391	0,86%	171	0,38%	38.232	84,42%	45.287	100%
2023	2.350	5,07%	137	0,30%	1.836	3,96%	1.980	4,28%	165	0,36%	407	0,88%	174	0,38%	39.263	84,78%	46.312	100%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

TABELA 4. NÚMERO DE INGRESSANTES E PROPORÇÃO RELATIVA NO ANO, CURSOS SELECIONADOS. BRASIL, 2010–2023.

	Administração		Ciências Sociais		Direito		Formação de professores		Licenciatura Ciências Sociais		Medicina		Relações Internacionais		Outros		Total	
	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha
2010	27.0919	12,46%	3.737	0,17%	197.188	9,07%	198.738	9,14%	4.618	0,21%	18.473	0,85%	6.450	0,30%	147.4292	67,80%	2.174.415	100%
2011	28.0699	12,01%	4.762	0,20%	198.641	8,50%	207.938	8,90%	4.752	0,20%	17.914	0,77%	7.448	0,32%	161.4792	69,10%	2.336.946	100%
2012	32.2682	11,79%	4.443	0,16%	227.770	8,32%	220.693	8,06%	4.890	0,18%	19.936	0,73%	8.965	0,33%	192.7262	70,42%	2.736.641	100%
2013	29.1779	10,69%	4.103	0,15%	237.530	8,70%	217.321	7,96%	4.759	0,17%	20.883	0,77%	7.825	0,29%	194.5075	71,27%	2.729.275	100%
2014	30.7548	9,95%	4.438	0,14%	258.867	8,38%	247.117	8%	5.950	0,19%	26.765	0,87%	8.355	0,27%	223.1683	72,21%	3.090.723	100%
2015	27.0993	9,35%	4.962	0,17%	258.143	8,91%	228.101	7,87%	5.535	0,19%	26.983	0,93%	9.002	0,31%	209.4976	72,27%	2.898.695	100%
2016	26.5621	8,96%	4.829	0,16%	255.128	8,61%	264.733	8,93%	8.380	0,28%	30.159	1,02%	8.724	0,29%	212.7112	71,75%	2.964.686	100%
2017	27.5723	8,60%	4.726	0,15%	265.493	8,28%	297.743	9,29%	7.562	0,24%	34.866	1,09%	9.361	0,29%	231.0588	72,07%	3.206.062	100%
2018	28.8578	8,42%	5.020	0,15%	252.144	7,36%	356.688	10,41%	8.368	0,24%	40.344	1,18%	9.712	0,28%	246.4697	71,95%	3.425.551	100%
2019	30.1750	8,35%	5.388	0,15%	254.867	7,05%	389.831	10,79%	6.714	0,19%	46.133	1,28%	9.661	0,27%	259.8804	71,93%	3.613.148	100%
2020	28.6071	7,63%	5.943	0,16%	221.614	5,91%	344.536	9,19%	7.844	0,21%	47.402	1,26%	11.018	0,29%	282.3323	75,33%	3.747.751	100%
2021	29.0351	7,39%	6.509	0,17%	195.968	4,99%	290.520	7,40%	7.008	0,18%	49.972	1,27%	11.081	0,28%	307.5057	78,32%	3.926.466	100%
2022	34.8608	7,38%	6.923	0,15%	223.571	4,73%	429.923	9,10%	6.344	0,13%	53.268	1,13%	11.945	0,25%	364.5299	77,13%	4.725.881	100%
2023	34.6015	6,98%	7.539	0,15%	222.969	4,50%	446.037	9,00%	6.271	0,13%	55.995	1,13%	12.450	0,25%	385.7931	77,86%	4.955.207	100%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

TABELA 5. NÚMERO DE MATRÍCULAS E PROPORÇÃO RELATIVA NO ANO, CURSOS SELECIONADOS. BRASIL, 2010–2023.

	Administração		Ciências Sociais		Direito		Formação de professores		Licenciatura Ciências Sociais		Medicina		Relações Internacionais		Outros		Total	
	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha	N	% linha
2010	845.567	13,29%	13.225	0,21%	695.310	10,93%	577.425	9,07%	14.188	0,22%	103.312	1,62%	18.241	0,29%	4.095763	64,37%	6.363.031	100%
2011	856.693	12,74%	14.029	0,21%	723.562	10,76%	592.034	8,81%	14.000	0,21%	107.320	1,60%	20.227	0,30%	4.394829	65,37%	6.722.694	100%
2012	849.793	12,11%	14.577	0,21%	737.271	10,51%	606.032	8,64%	13.764	0,20%	110.804	1,58%	21.658	0,31%	4.661257	66,45%	7.015.156	100%
2013	818.412	11,24%	14.126	0,19%	769.889	10,57%	618.090	8,49%	14.566	0,20%	111.198	1,53%	22.393	0,31%	4.913556	67,47%	7.282.230	100%
2014	822.102	10,53%	14.005	0,18%	813.454	10,42%	655.740	8,40%	15.473	0,20%	118.510	1,52%	23.008	0,29%	5.343435	68,46%	7.805.727	100%
2015	786.065	9,83%	14.575	0,18%	853.211	10,67%	658.551	8,23%	15.210	0,19%	126.797	1,59%	24.234	0,30%	5.519580	69,01%	7.998.223	100%
2016	729.371	9,10%	14.994	0,19%	862.324	10,76%	682.474	8,51%	16.773	0,21%	136.004	1,70%	24.221	0,30%	5.550298	69,24%	8.016.459	100%
2017	704.397	8,54%	14.902	0,18%	879.234	10,66%	717.829	8,70%	16.636	0,20%	149.655	1,81%	24.807	0,30%	5.743295	69,61%	8.250.755	100%
2018	674.128	8,01%	15.109	0,18%	863.101	10,26%	766.655	9,11%	17.541	0,21%	167.788	1,99%	25.688	0,31%	5.884833	69,93%	8.414.843	100%
2019	663.640	7,74%	15.349	0,18%	831.350	9,70%	837.675	9,77%	17.239	0,20%	187.710	2,19%	26.095	0,30%	5.993240	69,91%	8.572.298	100%
2020	644.016	7,44%	15.596	0,18%	759.361	8,77%	830.496	9,59%	17.710	0,20%	204.279	2,36%	27.529	0,32%	6.157224	71,13%	8.656.211	100%
2021	639.685	7,14%	16.842	0,19%	702.485	7,84%	803.371	8,97%	17.515	0,20%	224.192	2,50%	27.655	0,31%	6.524178	72,85%	8.955.923	100%
2022	655.859	6,98%	17.319	0,18%	671.726	7,14%	836.778	8,90%	16.925	0,18%	245.501	2,61%	28.276	0,30%	6.930391	73,71%	9.402.775	100%
2023	671.832	6,77%	18.219	0,18%	658.587	6,64%	873.361	8,80%	16.448	0,17%	266.507	2,69%	29.309	0,30%	7.391143	74,47%	9.925.406	100%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

Os resultados permitem comparar a expansão dos bacharelados e licenciaturas em Ciências Sociais com a de outros cursos do sistema de ensino superior brasileiro. Observa-se que o setor público cresceu em um ritmo mais moderado, quando comparado ao setor privado, cuja principal ampliação ocorreu na modalidade a distância, especialmente em instituições com fins lucrativos. Um dado relevante, conforme apresentado na Tabela 7, é que a maioria dos ingressantes nos bacharelados e licenciaturas em Ciências Sociais se encontra em instituições privadas com fins lucrativos na modalidade a distância. Essa configuração, praticamente inexistente em 2010, consolidou-se como a principal via de formação dos futuros cientistas sociais no país.

No início da série histórica, em 2010, havia apenas dois cursos de bacharelado a distância e oito licenciaturas oferecidas por instituições privadas. Em 2023, esse número saltou para 34 cursos de bacharelado a distância, todos em instituições privadas. Ao possibilitar um alto número de ingressantes e matrículas por curso, o ensino a distância ampliou a escala da formação em Ciências Sociais. Como consequência, as instituições privadas tornaram-se as principais responsáveis pela formação de cientistas sociais no Brasil, especialmente na modalidade a distância. Esse crescimento acompanha uma tendência observada em áreas de grande porte, como Administração e Formação de Professores.

Com efeito, verifica-se o mesmo padrão na Formação de Professores no Brasil. Em 2023, 76% dos ingressantes em cursos como Pedagogia e outras profissões análogas iniciaram seus estudos na modalidade a distância em instituições privadas com fins lucrativos, enquanto 8% o fizeram em instituições privadas sem fins lucrativos, totalizando 84% dos novos estudantes nessa configuração. A distribuição das matrículas segue tendência semelhante, com 67% em instituições privadas com fins lucrativos e 8% nas sem fins lucrativos, somando 75% dos estudantes de licenciatura na modalidade EaD em instituições privadas.

TABELA 6. NÚMERO DE CURSOS E CRESCIMENTO AO LONGO DO TEMPO, CURSOS SELECIONADOS POR MODALIDADE DE OFERTA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA. BRASIL, 2010 E 2023.

Cursos	Categoria administrativa	Presencial			A distância		
		2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Administração	Pública federal	121	192	58,70%	46	34	-26%
	Pública estadual	94	110	17%	12	20	67%
	Privada com fins lucrativos	944	947	0,30%	16	247	1444%
	Privada sem fins lucrativos	1.228	643	-47,60%	26	157	504%
Ciências Sociais	Pública federal	66	72	9,10%			
	Pública estadual	15	18	20%			
	Privada com fins lucrativos	4	1	-75%		30	
	Privada sem fins lucrativos	20	12	-40%	2	4	100%
Direito	Pública federal	67	74	10,40%			
	Pública estadual	51	103	102%			
	Privada com fins lucrativos	394	1.055	167,80%			
	Privada sem fins lucrativos	581	604	4%			
Formação de professores	Pública federal	234	189	-19,20%	42	52	24%
	Pública estadual	336	228	-32,10%	20	24	20%
	Privada com fins lucrativos	455	589	29,50%	24	296	1.133%
	Privada sem fins lucrativos	820	420	-48,80%	31	182	487%
Licenciatura em Ciências Sociais	Pública federal	60	53	-11,70%	1	4	300%
	Pública estadual	18	40	122,20%	4		
	Privada com fins lucrativos	3			1	41	4.000%
	Privada sem fins lucrativos	22	14	-36,40%	7	13	86%
Medicina	Pública federal	47	81	72,30%			
	Pública estadual	26	42	61,50%			
	Privada com fins lucrativos	30	145	383,30%			
	Privada sem fins lucrativos	78	139	78,20%			
Relações Internacionais	Pública federal	17	24	41,20%			
	Pública estadual	4	7	75%			
	Privada com fins lucrativos	36	62	72,20%		32	
	Privada sem fins lucrativos	46	47	2,20%		2	

(continua...)

(...continuação da Tabela 6)

Cursos	Categoria administrativa	Presencial			A distância		
		2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Outros	Pública federal	4.412	5.915	34,07%	213	312	46,5%
	Pública estadual	2.637	2.870	8,84%	69	131	89,9%
	Privada com fins lucrativos	5.878	12.718	116,37%	144	6.189	4.197,9%
	Privada sem fins lucrativos	9835	7993	-18,73%	270	2782	930,4%
Brasil	Pública federal	5.024	6.600	31,37%	302	402	33,1%
	Pública estadual	3.181	3.418	7,45%	105	175	66,7%
	Privada com fins lucrativos	7.744	15.517	100,37%	185	6835	3.594,6%
	Privada sem fins lucrativos	12.630	9.872	-21,84%	336	3.140	834,5%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

TABELA 7. NÚMERO DE INGRESSANTES E CRESCIMENTO AO LONGO DO TEMPO, CURSOS SELECIONADOS POR MODALIDADE DE OFERTA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA. BRASIL, 2010 E 2023.

Cursos	Categoria administrativa	Presencial			A distância		
		2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Administração	Pública federal	9.518	13.234	39%	5.310	2.512	-53%
	Pública estadual	5.553	6.129	10,40%	1.936	4.309	123%
	Privada com fins lucrativos	84.017	38.272	-54,40%	30.699	228.825	645%
	Privada sem fins lucrativos	117.473	26.282	-77,60%	16.413	26.452	61%
Ciências Sociais	Pública federal	2.482	2.310	-6,90%			
	Pública estadual	640	684	6,90%			
	Privada com fins lucrativos	79	37	-53,20%		4.240	
	Privada sem fins lucrativos	408	232	-43,10%	128	36	-72%
Direito	Pública federal	8,074	9,258	14,70%			
	Pública estadual	3,772	6,320	67,60%			
	Privada com fins lucrativos	71,036	133,027	87,30%			
	Privada sem fins lucrativos	114,306	74,364	-34,90%			

(continua...)

(...continuação da Tabela 7)

Cursos	Categoria administrativa	Presencial			A distância		
		2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Formação de professores	Pública federal	10.733	12.576	17,20%	4.319	6.958	61%
	Pública estadual	13.656	10.033	-26,50%	2.056	8.889	332%
	Privada com fins lucrativos	30.450	18.302	-39,90%	52.634	339.984	546%
	Privada sem fins lucrativos	45.638	12.147	-73,40%	39.252	37.148	-5%
Licenciatura em Ciências Sociais	Pública federal	2.391	1.378	-42,40%	17	0	-100%
	Pública estadual	743	858	15,50%	5		
	Privada com fins lucrativos	11			318	3675	1.056%
	Privada sem fins lucrativos	444	130	-70,70%	689	230	-67%
Medicina	Pública federal	4.984	7.354	47,60%			
	Pública estadual	1.738	2.772	59,50%			
	Privada com fins lucrativos	3.388	22.907	576,10%			
	Privada sem fins lucrativos	8.363	22.962	174,60%			
Relações Internacionais	Pública federal	1.205	1.554	29%			
	Pública estadual	194	465	139,70%			
	Privada com fins lucrativos	2.068	1.934	-6,50%		5.907	
	Privada sem fins lucrativos	2.983	2.529	-15,20%		61	
Outros	Pública federal	225.540	252.383	11,90%	23.497	32.547	38,52%
	Pública estadual	105.196	112.454	6,90%	2.484	30.779	1.139,09%
	Privada com fins lucrativos	354.647	534.619	50,75%	127.394	2.349.065	1.743,94%
	Privada sem fins lucrativos	562.357	330.172	-41,29%	73.177	215.912	195,05%
Brasil	Pública federal	264.927	300.047	13,26%	33.143	42.017	26,77%
	Pública estadual	131.492	139.715	6,25%	6.481	43.977	578,55%
	Privada com fins lucrativos	545.696	749.098	37,27%	211.045	2.931.696	1.289,13%
	Privada sem fins lucrativos	851.972	468.818	-44,97%	129.659	279.839	115,83%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

TABELA 8. NÚMERO DE MATRÍCULAS E CRESCIMENTO AO LONGO DO TEMPO, CURSOS SELECIONADOS POR MODALIDADE DE OFERTA PRESENCIAL E A DISTÂNCIA. BRASIL, 2010–2023.

Cursos	Categoria administrativa	Presencial			A distância		
		2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Administração	Pública federal	34.421	49.818	44,70%	16.692	9.120	-45%
	Pública estadual	24.463	24.706	1%	13.969	12.969	-7%
	Privada com fins lucrativos	272.299	85.097	-68,70%	66.233	369.343	458%
	Privada sem fins lucrativos	375.991	74.418	-80,20%	41.499	46.361	12%
Ciências Sociais	Pública federal	7.471	8.663	16%			
	Pública estadual	2.926	3.357	14,70%			
	Privada com fins lucrativos	245	47	-80,80%		5.507	
	Privada sem fins lucrativos	1.416	585	-58,70%	1.167	60	-95%
Direito	Pública federal	33.530	42.647	27,20%			
	Pública estadual	20.277	29.830	47,10%			
	Privada com fins lucrativos	254.011	341.713	34,50%			
	Privada sem fins lucrativos	387.492	244.397	-36,90%			
Formação de professores	Pública federal	38.198	48.801	27,80%	18.859	14.576	-23%
	Pública estadual	55.207	39.884	-27,80%	14.790	27.142	84%
	Privada com fins lucrativos	87.921	47.562	-45,90%	132.420	587.991	344%
	Privada sem fins lucrativos	121.964	31.702	-74%	108.066	75.703	-30%
Licenciatura em Ciências Sociais	Pública federal	7.620	5.937	-22,10%	128	206	61%
	Pública estadual	3.467	4.087	17,90%	142		
	Privada com fins lucrativos	127			236	5.464	2.215%
	Privada sem fins lucrativos	1.114	388	-65,20%	1.354	366	-73%
Medicina	Pública federal	28.166	44.113	56,60%			
	Pública estadual	10.536	15.245	44,70%			
	Privada com fins lucrativos	16.979	97.578	474,70%			
	Privada sem fins lucrativos	47.631	109.571	130%			

(continua...)

(...continuação Tabela 8)

		Presencial			A distância		
Cursos	Categoria administrativa	2010	2023	Crescimento	2010	2023	Crescimento
Relações Internacionais	Pública federal	2.001	7.047	252,20%			
	Pública estadual	1.167	1.729	48,20%			
	Privada com fins lucrativos	5.529	5.203	-5,90%		8.077	
	Privada sem fins lucrativos	9.544	7.148	-25,10%		105	
Outros	Pública federal	677.365	1.016.941	50,13%	68.759	61.819	-10,09%
	Pública estadual	396.653	425.366	7,24%	46.748	72.306	54,67%
	Privada com fins lucrativos	962.062	1.326.513	37,88%	264.490	3.267.141	1.135,26%
	Privada sem fins lucrativos	1.546.206	890.467	-42,41%	133.480	330.590	147,67%
Brasil	Pública federal	828.772	1.223.967	47,68%	104.438	85.721	-17,92%
	Pública estadual	514696	544.204	5,73%	75.649	112.417	48,60%
	Privada com fins lucrativos	1599173	1.903.713	19,04%	463.379	4.243.523	815,78%
	Privada sem fins lucrativos	2491358	1358676	-45,46%	285.566	453.185	58,70%

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

Por fim, as Figuras 4, 5 e 6 apresentam a proporção relativa de cursos, ingressantes e matrículas no ensino superior brasileiro em 2010 e 2023. Essas representações permitem visualizar a evolução do sistema ao longo do tempo, evidenciando a redistribuição proporcional desses elementos ao longo do período, tanto no conjunto do ensino superior quanto nos cursos analisados.

A Figura 4 destaca a retração proporcional dos cursos presenciais em instituições privadas sem fins lucrativos, que deixaram de ser a principal categoria em termos de oferta. Esse foi o segmento que apresentou a maior redução de tamanho ao longo do período. Ao comparar os bacharelados e licenciaturas em Ciências Sociais com o sistema de ensino superior como um todo e com outros cursos selecionados, observa-se que essas áreas continuam sendo predominantemente ofertadas por instituições públicas federais e estaduais. Entretanto, a expansão expressiva da modalidade a distância no período também impactou a significativamente sua composição em 2023. Nesse ano, a proporção de bacharelados ofertados por instituições

privadas com fins lucrativos superou a dos cursos em instituições públicas estaduais. No caso das licenciaturas, verifica-se um equilíbrio entre a oferta em instituições públicas e privadas com fins lucrativos na modalidade EaD.

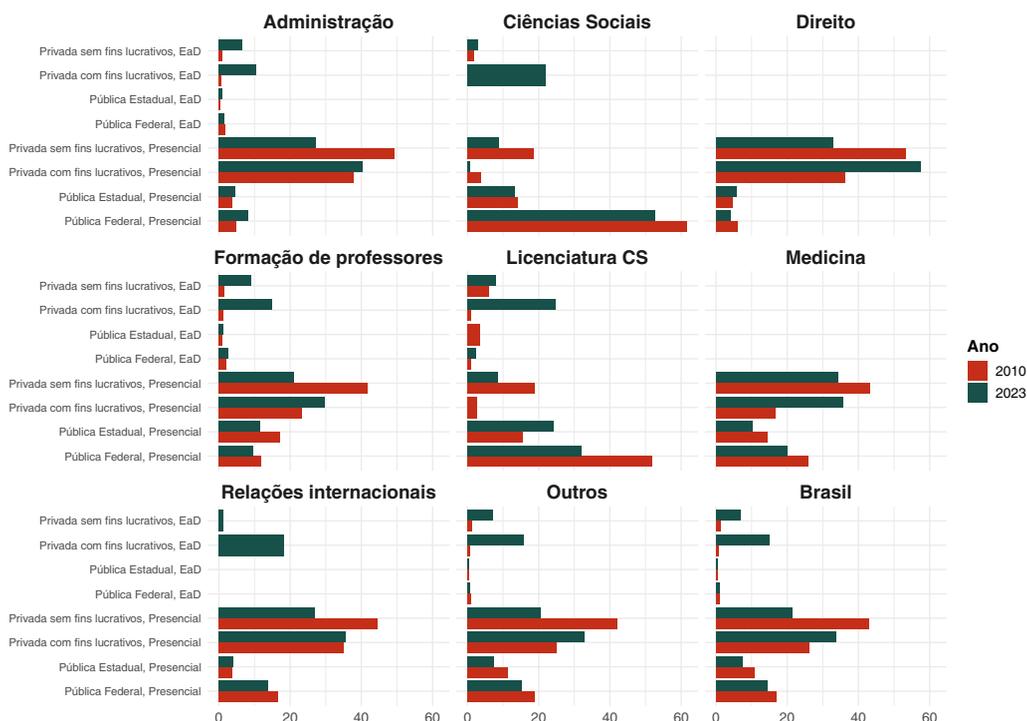


Figura 4. Proporção relativa do número de cursos por categoria administrativa e modalidade de ensino no ensino superior. Cursos selecionados, Brasil, 2010–2023.

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

As Figuras 5 e 6, que ilustram a distribuição de ingressantes e matrículas, revelam um dado notável: em 2023, os cursos a distância em instituições privadas com fins lucrativos representavam apenas 14% do total de cursos no ensino superior, mas concentravam 59% dos ingressantes e 43% do total de matrículas. Esses números evidenciam o impacto do ensino a distância na estrutura do ensino superior brasileiro. O aumento da escala

permitido por essa modalidade fez com que poucos cursos de grande porte redefiniram a oferta educacional no país. Como a tendência também se manifesta entre os ingressantes, ela seguirá refletindo progressivamente na composição geral das matrículas ao longo dos próximos anos.

Os bacharelados e licenciaturas em Ciências Sociais também seguiram esse padrão. A proporção de ingressantes em bacharelados da área em cursos a distância de instituições privadas com fins lucrativos é muito próxima à registrada em instituições federais. Já nas licenciaturas, a oferta nessa combinação já supera a oferta de cursos presenciais em instituições públicas. O cenário das matrículas mantém um padrão semelhante, embora apresente um maior equilíbrio entre instituições públicas federais e estaduais presenciais e as privadas com fins lucrativos na modalidade a EaD.

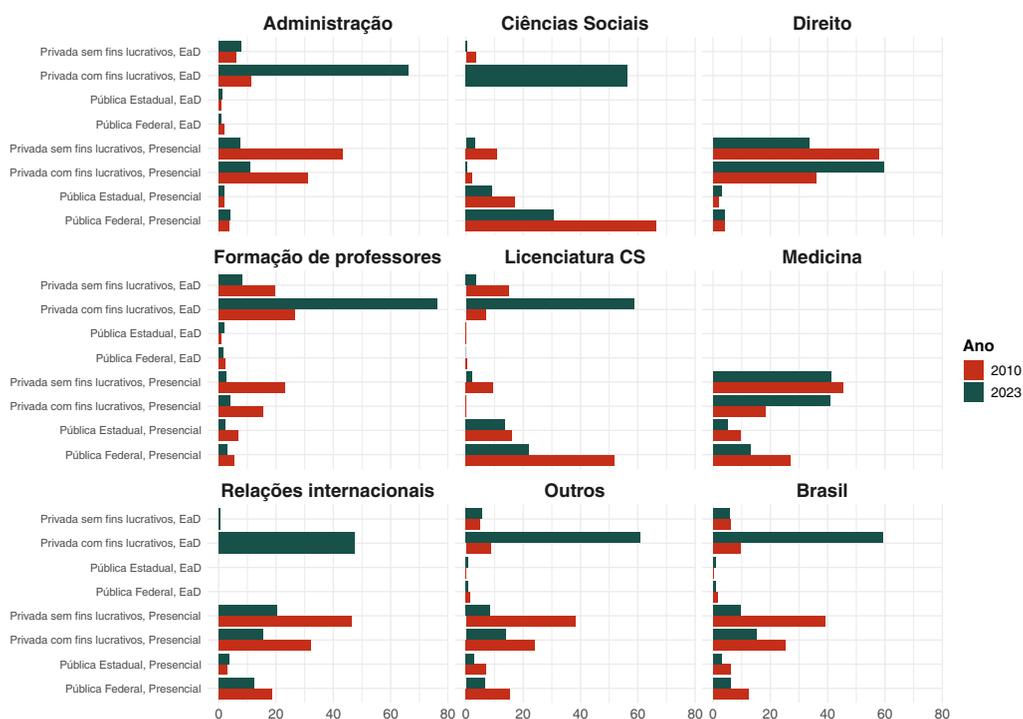
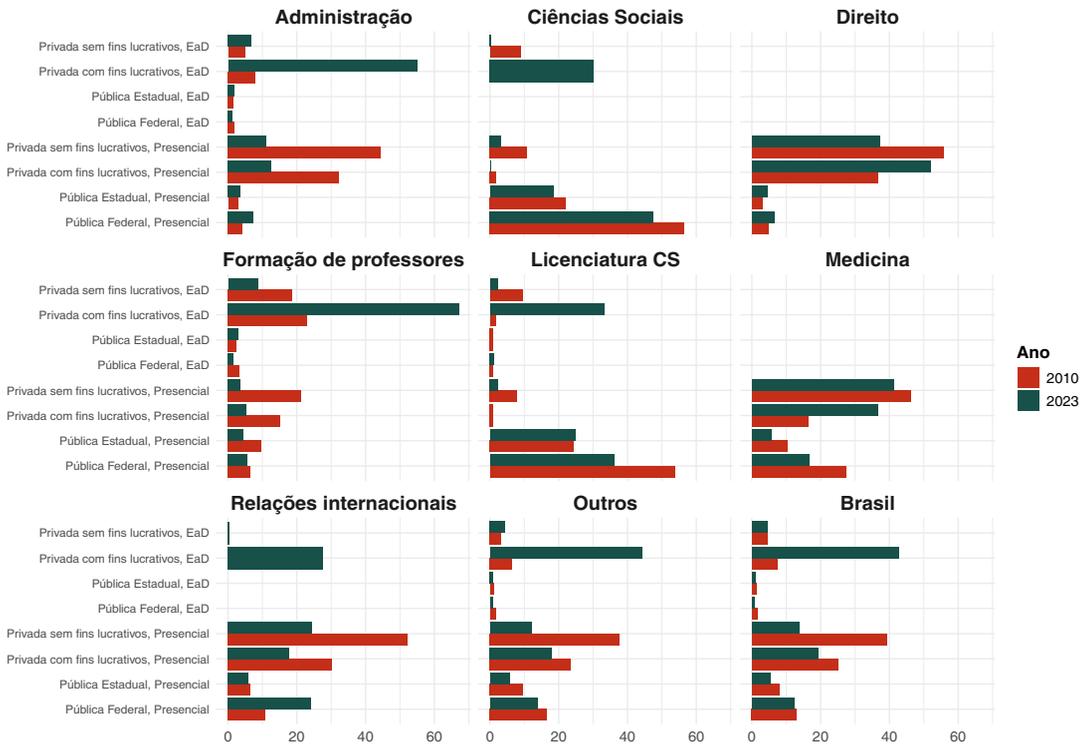


Figura 5. Proporção relativa do número de ingressantes por categoria administrativa e modalidade de ensino no ensino superior. Cursos selecionados, Brasil, 2010–2023.

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.



*Figura 6. Proporção relativa do número de matrículas por categoria administrativa e modalidade de ensino no ensino superior. Cursos selecionados, Brasil, 2010–2023.*

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

## Cursos de especialização em Antropologia na educação a distância

Embora a plataforma e-MEC registre a criação do curso de graduação presencial em antropologia na Universidade de Brasília (UnB) em 1967, no contexto da expansão do ensino superior no Brasil, a criação de cursos específicos nesse nível, na área, ocorreu de forma relativamente tardia (cf. Grossi; Tassinari; Rial, 2006). Atualmente, a plataforma e-MEC registra dezenove cursos de Antropologia ativos no país. No entanto, essa listagem inclui tanto bacharelados exclusivamente em Antropologia quanto cursos de Ciências Sociais com habilitação na área. Essa sobreposição explica, por exemplo, a inclusão na lista do e-MEC do curso de Antropologia da UnB, registrado em 1967, e do bacharelado em Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), criado em 2010.

Entre os cursos de graduação em Antropologia registrados no e-MEC, dezoito são presenciais e um é ofertado a distância pela UNIASSELVI. No entanto, apenas treze desses cursos correspondem exclusivamente a bacharelados em Antropologia, incluindo o da UNIASSELVI, conforme detalhado na Tabela 9.

TABELA 9. BACHARELADOS EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL EM 2024.

<b>Instituição</b>	<b>Sede</b>	<b>Ano de criação*</b>	<b>Vagas</b>
Universidade Federal do Amazonas	Benjamin Constant	2005 (2006)	50
Universidade Federal da Paraíba	Rio Tinto	2006 (2007)	50
Universidade Federal de Pelotas	Pelotas	2008	27
Universidade Federal de Roraima	Boa Vista	2009 (2010)	40

(continua...)

(...continuação da Tabela 9)

<b>Instituição</b>	<b>Sede</b>	<b>Ano de criação*</b>	<b>Vagas</b>
Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis	2010 (2009)	25
Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte	2010	40
Universidade Federal da Integração Latino-americana	Foz de Iguaçu	2011 (2010)	50
Universidade Federal Fluminense	Niterói	2011	62
Universidade Federal do Oeste do Pará	Santarém	2011 (2013)	30
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira	Redenção	2014	80
Universidade Federal do Vale do São Francisco	São Raimundo Nonato	2015 (2016)	40
Universidade Federal do Sul da Bahia	Porto Seguro	2018 (2017)	40
Centro Universitário Leonardo da Vinci/UNIASSELVI	EaD	2021	9.800

Fonte: Plataforma e-MEC (2024).

\* Os anos indicados entre parênteses baseiam-se em informações encontradas nos sites e em outras fontes dos cursos, que, em alguns casos, divergem dos dados presentes na plataforma e-MEC. Essa diferença pode ser explicada pelo fato de uma data referir-se ao registro do curso na plataforma, e outra, ao início efetivo das atividades.

O Curso Superior de Bacharelado em Antropologia, na modalidade EaD (código 576571), é oferecido pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), uma instituição privada com fins lucrativos. Criado em 24 de maio de 2021, o curso tem uma oferta expressiva de 9.800 vagas, com duração de 6 semestres e uma carga horária total de 2.545 horas. Na plataforma e-MEC, o curso está registrado na área de Ciências Sociais, Comunicação e Informação da CINE Brasil (Classificação Internacional Normalizada da Educação Adaptada para Cursos de Graduação e Sequenciais de Formação Específica do Brasil).

A UNIASSELVI, segundo informações disponibilizadas em seu site institucional, consolidou-se como a maior instituição de ensino superior de Santa Catarina e uma das maiores do Brasil, atingindo, em 2019, a marca de 20 anos de existência. Atualmente, oferece cerca de 500 cursos em

diferentes níveis — graduação, pós-graduação, profissionalizantes e técnicos — nas modalidades presencial e a distância. Sua estrutura inclui 1.000 polos de ensino a distância distribuídos por todos os estados brasileiros, além de 10 unidades próprias para ensino presencial.<sup>3</sup>

No que se refere à pós-graduação *stricto sensu* em Antropologia, utilizamos como referência os dados apresentados no último documento da Área de Antropologia e Arqueologia, publicado em 2019 durante a avaliação dos programas deste nível, conduzida pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) (Brasil, 2019). Embora os primeiros programas de pós-graduação em Antropologia tenham sido estabelecidos no final da década de 1960, foi apenas nas primeiras décadas do

---

3 Ver <https://portal.uniasselvi.com.br/institucional> (acesso em 12 de abril de 2024). Mais informações sobre o bacharelado em Antropologia estão disponíveis em <https://portal.uniasselvi.com.br/lista-cursos-graduacao/ce/tiangua/cursos/antropologia/ead> (acesso em 12 de abril de 2024). No relatório do NAAI (Núcleo de Apoio e Atendimento Integrado), da SERES, consta a relação completa dos polos de cursos de graduação em Antropologia ofertados pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (comunicação com a ABA por meio do Ofício no 1680/2024/NAAI/GAB/SERES/SERES-MEC, de 29 de fevereiro de 2024).

Em ofício de 5 de fevereiro de 2024, a ABA questionou a SERES sobre a autorização do bacharelado a distância oferecido pela UNIASSELVI e sua avaliação atual. A resposta, em mensagem eletrônica de 22 do mesmo mês, apontava: “o Centro Universitário Leonardo da Vinci — UNIASSELVI (Cód. e-MEC n.º 1472) solicitou o Reconhecimento do Curso Superior de Bacharelado em Antropologia EaD (Código 1576571) conforme Processo e-MEC n.º 202308536, o qual se encontra na fase ‘Inep — Avaliação’, e será avaliado conforme critérios estabelecidos no instrumento de avaliação (2017), que pode ser consultado em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-in-loco/instrumentos-de-avaliacao>. Após a avaliação, o processo será encaminhado a esta Secretaria para conclusão”.

século XXI que se observou o crescimento mais significativo desses cursos (ver Figura 7).<sup>4</sup> Conforme mencionado no documento da Capes:

No início da década de 2000, a área de Antropologia e Arqueologia contava com 10 programas de pós-graduação: seis programas com Mestrado e Doutorado e quatro programas com Mestrado. No triênio de 2007 a 2009 passou a contar com 20 programas acadêmicos, sendo doze com Mestrado e Doutorado e oito com Mestrado, ou seja, um total de 32 cursos. Havia então um curso de Mestrado Profissional em Gestão do Patrimônio Cultural (PUC-GO), que deixou de existir no triênio 2007-2009. No triênio de 2010 a 2012, a expansão da Área chegou a 41 cursos, em 25 programas: dezesseis com Mestrado e Doutorado e nove com Mestrado, apontando a tendência de aumento maior de programas que englobam os dois níveis de cursos. A tendência de expansão seguiu em 2013/2016, que registrou um crescimento de 20%, e até a metade do quadriênio vigente [2015-2019] o crescimento de 23,3%, quando se registrou a aprovação do Mestrado Profissional Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígena (Universidade de Pernambuco). (Brasil, 2019, p. 6)

---

4 No Brasil, os cursos de pós-graduação são classificados em *lato sensu* e *stricto sensu*. Os cursos *lato sensu* abrangem especializações e MBA (Master of Business Administration), com duração mínima de 360 horas. Para ingressar, é necessário ter diploma de graduação, e os concluintes recebem um certificado, não um diploma. Esses cursos são voltados para graduados que atendam aos requisitos das IES, conforme o Artigo 44, III, da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB). Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* incluem mestrados e doutorados, com duração entre 18 e 48 meses. Também exigem diploma de graduação e o cumprimento dos critérios estabelecidos pelas IES, com base em editais de seleção e em conformidade com o mesmo artigo da LDB. Diferente dos cursos *lato sensu*, os programas *stricto sensu* conferem grau universitário e resultam na emissão de um diploma. Ambos os tipos de curso têm validade legal, mas o reconhecimento e a regulamentação variam de acordo com a área de conhecimento e a instituição de ensino (informações disponíveis em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/educacao-superior-1/pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu/qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao>. Acesso em 10 de abril de 2024).

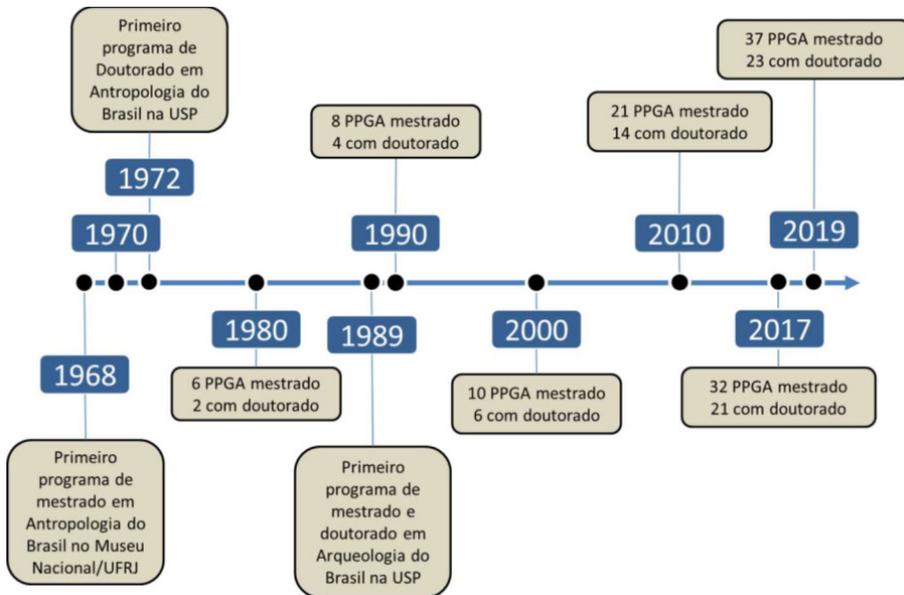


Figura 7. Linha do tempo dos programas de pós-graduação em Antropologia e Arqueologia (1968– 2019).

Fonte: Brasil. Capes (2019, p. 7).

Todavia, como veremos na próxima seção, apesar do crescimento indicado pelos dados mostrados e pelas análises sobre o campo da Antropologia no Brasil (Feldman-Bianco; Simião, 2018; Brasil, 2019), a principal expansão dos cursos de Antropologia no país não ocorreu na graduação nem na pós-graduação *stricto sensu*, mas sim nos cursos de especialização (*lato sensu*), especialmente entre 2008 e 2023.

TABELA 10. NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA. BRASIL, 2000 A 2019.

Anos	Modalidades				Crescimento	
	Mestrado	Mestrado & Doutorado	Mestrado Profissional	Total	Crescimento %	% de crescimento em relação a 2000
Até 2000	4	6	0	10	-	-
2001 a 2003	2	9	0	11	10%	10%
2004 a 2006	4	10	0	14	27,3%	40%
2007 a 2009	8	12	0	20	42,9%	100%
2010 a 2012	9	16	0	25	25%	150%
2013 a 2016*	9	21	0	30	20%	200%
2017 a 2019**	14	22	1	37	23,3%	270%

\* Foram avaliados 29 programas, pois a UEMA não estava na área de Antropologia, o programa mudou de área em 2018;

\*\* Até janeiro de 2019

Fonte: Brasil. Capes (2019, p. 7).

## Cursos de especialização a distância em Antropologia

Para compreender a formação em Antropologia no contexto de expansão da EaD, é essencial considerar a ampla oferta de cursos de especialização a distância. No entanto, essa ampla proliferação e seus impactos têm sido negligenciados nas discussões disciplinares no Brasil, apesar de o fenômeno ocorrer desde 2010, como evidenciamos anteriormente.

O crescimento dos cursos de graduação a distância ofertados por IES privadas com fins lucrativos, destacado na seção anterior, também se aplica à pós-graduação *lato sensu*. A expansão desses cursos reflete a contínua privatização do ensino superior no Brasil, com uma particularidade: o ritmo de crescimento dos cursos de especialização em Antropologia tem sido mais acelerado do que os cursos de graduação e pós-graduação em Antropologia na área.

A Tabela 11 apresenta a intensidade e velocidade dessa expansão. Em apenas quatro anos após 2020, o número de cursos de especialização *lato sensu* em Antropologia ultrapassou todo o crescimento acumulado da graduação e pós-graduação *stricto sensu* desde 1967 no Brasil.

TABELA 11. CRIAÇÃO DOS CURSOS ATIVOS EM ANTROPOLOGIA EM TRÊS NÍVEIS ACADÊMICOS. BRASIL, 1967 A 2024.

	<b>Especialização <i>lato sensu</i>*</b>	<b>Pós-graduação <i>stricto sensu</i></b>	<b>Graduação em Antropologia</b>
1967 a 2000	0	10	0
2001 a 2003	0	1	0
2004 a 2006	0	3	2
2007 a 2009	1	6	2
2010 a 2012	3	5	5
2013 a 2016	9	5	2
2017 a 2019	32	7	1
2020 a 2022	135	0	1
2023 a 2024	28	0	0
<b>Total</b>	<b>208</b>	<b>37</b>	<b>13</b>

Fonte: Plataforma e-MEC, novembro de 2023.  
Documento de Área CAPES Antropologia e Arqueologia.  
\*Somente cursos ativos em 2023.

Até novembro de 2023, a plataforma e-MEC registrava 245 cursos de especialização em Antropologia, dos quais 208 estavam ativos (89,4% do total). Este levantamento considera apenas os cursos ativos, excluindo os inativos, que podem ser assim classificados por dificuldades no cadastro ou falta de estudantes matriculados, por exemplo. A modalidade presencial tem uma representatividade notavelmente menor, com apenas 55 cursos ativos (26,4% do total). Uma nova consulta à plataforma e-MEC, realizada em fevereiro de 2024, apontava variações nesses números, o que indica a rápida alternância de status entre cursos ativos e inativos.

TABELA 12. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA DISTRIBUÍDOS POR TIPO DE INSTITUIÇÃO. BRASIL, 2023\*

Faculdade	187	90%
Centro Universitário	13	6%
Universidade	8	4%
Total	208	100%

Fonte: Plataforma e-MEC.

\*Somente cursos ativos.

Dos 208 cursos ativos até novembro de 2023, a grande maioria (179 cursos, ou 86%) era ofertada por IES privadas com fins lucrativos, enquanto 22 cursos (10,5%) pertenciam a IES privadas sem fins lucrativos. A Tabela 12 detalha a organização acadêmica das instituições que oferecem essas especializações *lato sensu*. Entre as instituições particulares, a maioria dos cursos estava vinculada a faculdades (187 cursos, ou 90%), seguidas por centros universitários (13 cursos, ou 6%) e universidades (8 cursos, ou 4%). Já a Tabela 13 mostra que apenas 7 cursos (3,2%) eram oferecidos por IES públicas: 5 em instituições federais, 1 em instituição estadual e 1 em instituição municipal.

TABELA 13. CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA DISTRIBUÍDOS POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM 2023.\*

Privada com fins lucrativos	179	86%
Privada sem fins lucrativos	23	11%
Pública federal	5	2%
Pública estadual	1	0%
Total	208	100%

Fonte: Plataforma e-MEC.

\*Somente cursos ativos.

Como mostra a Tabela 14, entre 2008 e 2023, houve um notável aumento na criação de cursos de especialização em Antropologia na modalidade EaD, com um crescimento mais acentuado a partir de 2017. Naquele

ano, foram registrados 12 novos cursos, seguidos por 9 em 2018 e 11 em 2019. Em 2020, o número de cursos subiu para 17 novos programas. A expansão tornou-se ainda mais expressiva nos anos seguintes, com 40 novos cursos em 2021, um pico de 78 em 2022 e 28 em 2023.

TABELA 14. DATA DE CRIAÇÃO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL ENTRE 2008 E 2023.\*

	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>% acumulada</b>
2008	1	0%	0%
2009	0	0%	0%
2010	0	0%	0%
2011	1	0%	1%
2012	2	1%	2%
2013	1	0%	2%
2014	2	1%	3%
2015	2	1%	4%
2016	4	2%	6%
2017	12	6%	12%
2018	9	4%	16%
2019	11	5%	22%
2020	17	8%	30%
2021	40	19%	49%
2022	78	38%	87%
2023	28	13%	100%
<b>Total de cursos</b>	<b>208</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Plataforma e-MEC.

\*Somente cursos ativos.

Embora a criação de cursos de especialização em Antropologia na modalidade EaD tenha crescido rapidamente entre 2008 e 2023, há indícios de possível ociosidade nos cursos. A Tabela 15 evidencia um elevado número de cursos sem egressos, tanto entre aqueles ainda ativos quanto entre os inativos. No total, os 245 cursos de especialização identificados na plataforma e-MEC ofereceram 135.694 vagas; no período analisado 15.442

estudantes concluíram esses cursos, sendo 12.126 egressos de cursos ainda em funcionamento e 3.316 em cursos já desativados. Além disso, 97 cursos registraram zero egressos, dos quais 88 continuam ativos e apenas 9 foram desativados.

A discrepância entre a quantidade de vagas disponíveis e a taxa de formados merece uma análise mais aprofundada sobre a viabilidade desses cursos e os fatores que sustentam sua manutenção. Por que instituições privadas, especialmente as com fins lucrativos, continuam a oferecer cursos com baixa demanda? Diversos fatores podem estar em jogo, mas decerto é prioritário avaliar a existência de incentivos financeiros que ainda não estão totalmente claros. Além disso, é preciso analisar também a situação à luz do excesso de oferta, a dificuldade de atrair estudantes para a área de Antropologia ou mesmo a baixa percepção de empregabilidade desses cursos no mercado de trabalho.

A discrepância entre o número de vagas ofertadas e o de egressos merece atenção, pois pode sinalizar uma estratégia de tentativa e erro adotada pelas instituições. Uma vez implantada a infraestrutura da plataforma educacional, os processos de abertura e encerramento de cursos – especialmente no caso das especializações *lato sensu* – tornam-se relativamente simples. Isso ocorre porque tais cursos não estão submetidos às mesmas exigências de regulação e supervisão que os cursos de graduação ou os programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Outro aspecto relevante é a distribuição desigual das vagas ocupadas. De acordo com a Tabela 16, mais da metade das vagas preenchidas nos cursos ativos (53,5%) corresponde a cursos que não registraram egressos. Outros 32,8% das vagas estão em cursos, com até 50 concluintes, enquanto apenas 13,6% pertencem a cursos com mais de 51 egressos. Esse quadro sugere que, embora a expansão dos cursos de especialização tenha sido acelerada, sua efetividade em termos de formação de profissionais é limitada.

Diante desses dados, torna-se fundamental compreender os mecanismos que impulsionam a continuidade desses cursos e os impactos dessa

configuração para a formação em Antropologia no Brasil. A persistência de um alto número de cursos com poucos ou nenhum egresso reforça a necessidade de investigar não apenas os fatores que influenciam a oferta e a demanda, mas também os critérios que orientam a regulamentação e a manutenção dessas especializações no sistema de ensino superior.

TABELA 15. NÚMERO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA COM EGRESSOS E SEM EGRESSOS, POR SITUAÇÃO DO CURSO (ATIVO E DESATIVADO). BRASIL, 2023.

Situação do curso	Com egressos	Sem egressos	Vagas	Egressos	% de egressos em relação às vagas
Ativo	120	88	121.014	12.126	10,0%
Desativado	28	9	14.680	3.316	22,6%

Fonte: Plataforma e-Mec.

TABELA 16. NÚMERO DE CURSOS E DE VAGAS OFERECIDAS POR NÚMERO DE EGRESSOS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA. BRASIL, 2023.

	N	Vagas	%
<i>Zero</i>	88	64.775	53,5%
<i>Entre 1 e 50</i>	83	39.770	32,9%
<i>Mais que 50</i>	37	16.469	13,6%
<i>Total</i>	208	121.014	100%

Fonte: Plataforma e-Mec.

Outro aspecto que merece atenção são as denominações adotadas para os cursos de especialização em Antropologia na EaD. Ainda que a palavra-chave “antropologia” continue a ser empregada, há uma variação considerável na forma como os cursos são nomeados, refletindo tanto subcampos clássicos da disciplina quanto áreas mais específicas do contexto acadêmico brasileiro. Entre os exemplos de especializações identificadas, encontram-se:

- Antropologia Social
- Antropologia Brasileira

- Antropologia e fundamentos da Educação Social
- História e Antropologia
- Antropologia Cultural e Social

Essas denominações coexistem com outras inusuais na antropologia acadêmica no Brasil, como “Iconografia cristã e Antropologia” ou “Antropologia e desenvolvimento cognitivo” (ver Tabela 17, a seguir). Um dado que chama a atenção é a recorrente associação da Antropologia à educação. Conforme indicado na Tabela 18, mais da metade dos cursos de especialização em Antropologia (51,9%, correspondendo a 108 cursos) são classificados pelas IES na área oficial de “Educação”. O dado contrasta claramente com a posição marginal que as discussões educacionais ocupam tradicionalmente na Antropologia acadêmica no Brasil (Vega Sanabria; Duarte, 2020, p. 175).

TABELA 17. DENOMINAÇÃO DE CURSOS ATIVOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA NO BRASIL, EM 2023.

<b>Nome</b>	<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>N</b>
Antropologia	49	Antropologia das Organizações	1
Antropologia Brasileira	26	Antropologia: Diferença, Desigualdade e Poder	1
Antropologia e Fundamentos da Educação Social	26	Antropologia e Desenvolvimento Cognitivo	1
História e Antropologia	25	Antropologia e História dos Povos Indígenas	1
Docência do Ensino de Antropologia	19	Antropologia e Sociologia Indígena	1
Antropologia Cultural e Social	9	Antropologia Filosófica	1
Antropologia Forense e Direitos Humanos	8	Antropologia Intercultural	1
Fundamentos e Ensinamentos da Filosofia, Sociologia e Antropologia	6	Antropologia Social da Educação	1
Antropologia Cultural	6	Antropologia, Sociologia e a Formação de Professores	1
Antropologia Social	5	Antropologia Teológica	1

(continua...)

(...continuação da Tabela 17)

<b>Nome</b>	<b>N</b>	<b>Nome</b>	<b>N</b>
Antropologia Teológica e Direitos humanos	4	Docência Do Ensino Superior em Antropologia	1
Antropologia Forense	2	Filosofia, Sociologia, Antropologia	1
Antropologia do Consumo	2	Formação de Professores para o Ensino de Sociologia e Antropologia	1
Metodologia da Filosofia, Sociologia e Antropologia	2	História, Antropologia, Arqueologia e Astronomia dos Indígenas Brasileiros	1
Psicologia Social e a Antropologia	2	Iconografia Cristã e Antropologia	1
Antropologia da Religião	1	Sem identificação	1
Total = 208			

Fonte: Plataforma E-Mec.

Os cursos de especialização em Antropologia que não são classificados pelas IES na plataforma e-MEC na área de Educação apresentam a seguinte distribuição:<sup>5</sup>

- Ciências Sociais, Comunicação e Informação: 49 cursos (23,6%).
- Artes e Humanidades: 29 cursos (13,9%).
- Negócios, Administração e Direito: 18 cursos (8,7%).
- Saúde e Bem-estar: 3 cursos (1,4%).

5 A Classificação Internacional Normalizada da Educação adaptada para os cursos de graduação e sequenciais de formação específica do Brasil (Cine Brasil), conforme descrita pelo Inep, tem como objetivo agrupar os cursos de educação superior de acordo com a similaridade de conteúdo temático. Isso facilita a classificação de cursos de forma padronizada, permitindo uma melhor organização e análise dos dados educacionais, a gestão interna das instituições, assim como a análise de dados pelo governo e por outras entidades. A Cine Brasil classifica os cursos de graduação e sequenciais em onze [PADRONIZAR] áreas gerais de formação, que abrangem a maioria dos campos do conhecimento: 00 – Programas básicos; 01 – Educação; 02 – Artes e Humanidades; 03 – Ciências Sociais, Comunicação e Informação; 04 – Negócios, Administração e Direito; 05 – Ciências Naturais, Matemática e Estatística; 06 – Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); 07 – Engenharia, Produção e Construção; 08 – Agricultura, Silvicultura, Pesca e Veterinária; 09 – Saúde e Bem-estar; e 10 – Serviços. Ver <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/cine-brasil>; [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes\\_e\\_exames\\_da\\_educacao\\_superior/manual\\_para\\_classificacao\\_dos\\_cursos\\_de\\_graduacao\\_e\\_sequenciais\\_cine\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/manual_para_classificacao_dos_cursos_de_graduacao_e_sequenciais_cine_brasil.pdf) (acesso em 25 de abril de 2024).

Essa variedade pode ser interpretada como um reflexo da flexibilidade da Antropologia para se inserir em múltiplos campos do conhecimento. Entretanto, chama a atenção o número relativamente baixo de cursos classificados na área de Ciências Sociais (Ciências Sociais, Comunicação e Informação), que abriga tradicionalmente a Antropologia no Brasil. Resta saber se esse deslocamento corresponde a um processo de ressignificação da disciplina no ensino superior privado, no qual a Antropologia se torna uma ferramenta adaptável a diversas demandas profissionais, em vez de permanecer circunscrita ao campo das Ciências Sociais. A inclusão de cursos em áreas como Negócios, Administração e Direito pode sugerir que conceitos antropológicos vêm sendo utilizados para atender a novas exigências do mercado, possivelmente em temas como diversidade cultural, consumo e comportamento organizacional.

Dessa forma, a expansão do uso da Antropologia para além das Ciências Sociais pode estar relacionada à estratégia das instituições privadas de ensino em diversificar sua oferta e ampliar a atratividade dos cursos para públicos distintos. Pessoas interessadas em lecionar conteúdos relacionados à Antropologia, bem como docentes atuantes em diferentes níveis e etapas do sistema educacional, podem buscar uma qualificação adicional como forma de ampliar suas possibilidades de inserção profissional. Essa busca se intensifica diante de adaptações curriculares impulsionadas por legislações como a Lei nº 10.639/2003, que estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, e a Lei nº 11.645/2008, que torna obrigatória a inclusão da história e cultura indígena nos currículos da educação básica no Brasil. Essas transformações, por sua vez, suscitam reflexões sobre a adequação da formação oferecida para responder a essas demandas e sobre os efeitos dessa flexibilização sobre os contornos e limites do campo disciplinar da Antropologia no país.

TABELA 18. NÚMERO DE CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA POR ÁREA OFICIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL, 2023.

	N	%
Educação	108	51,90%
Ciências Sociais, Comunicação e Informação	49	23,60%
Artes e Humanidades	29	13,90%
Negócios, Administração e Direito	18	8,70%
Saúde e Bem-Estar	3	1,40%
Sem identificação	1	0,48%
Total de cursos	208	100%

Fonte: Gráfico produzido pelos autores.

A associação atípica entre Antropologia e Educação nos cursos da EaD também merece maior investigação no contexto de um mercado emergente. Dois fatos podem servir de base para futuras indagações:

1. A queda nas matrículas em cursos presenciais de Educação e o crescimento da EaD. Nas últimas duas décadas, houve uma redução significativa no número de matrículas em cursos presenciais da área de Educação, enquanto os cursos a distância nessa mesma área cresceram consideravelmente (Rocha; Carvalhaes, 2023). Segundo Santos, Lima e Carvalhaes (2020, p. 41), essa expansão reflete o contexto mais amplo de flexibilização e digitalização no ensino superior, que impulsiona a demanda por formação a distância em áreas tradicionalmente ofertadas de modo presencial.
2. O predomínio da EaD na formação inicial de docentes. Os dados do Censo da Educação Superior de 2023 constataam essa tendência: entre 2010 e 2020, cerca de 60% dos concluintes de cursos de formação inicial de docentes (pedagogia e licenciaturas) já eram formados na modalidade EaD. No Censo de 2023, essa proporção subiu para 66,9%, com apenas 33,1% dos graduados cursando o

ensino presencial (Brasil. Inep, 2024, p. 23). Essa mudança foi impulsionada, em parte, por alterações na legislação em 2017, que flexibilizaram a oferta de cursos a distância, e pela atuação dos grandes grupos educacionais privados (Santos; Lima; Carvalhaes, 2020, p. 51).

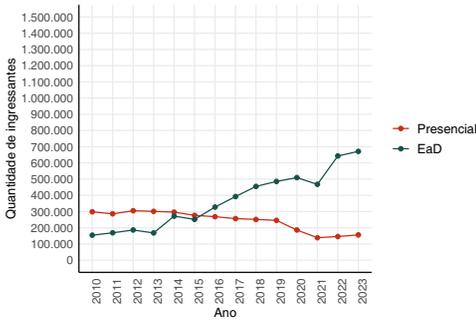
Diante desse cenário, resta saber se o aumento de cursos de especialização em EaD na área de Antropologia está sendo moldado pelas demandas e dinâmicas desse novo mercado educacional, no qual o predomínio da formação inicial de docentes a distância já é um fato, como apontado na Figura 8.

Ao observar a distribuição geográfica dos 208 cursos ativos de especialização em Antropologia na EaD no Brasil, os dados revelam que a maior concentração está no estado de Minas Gerais, que abriga 101 cursos (48,56% do total). Os 107 cursos restantes estão distribuídos entre outros estados, sendo os quatro com maior número: Paraná, com 25 cursos (12,02%); São Paulo, com 23 cursos (11,06%); Rio de Janeiro, com 7 cursos (3,37%); e o Distrito Federal, com 5 cursos (2,40%). Essa distribuição evidencia uma predominância na região Sudeste. Convém registrar que, por se tratarem de cursos a distância, as matrículas podem ser realizadas por estudantes de qualquer local do país; portanto, a informação geográfica refere-se à localização da sede da instituição, conforme registrada na plataforma e-MEC.

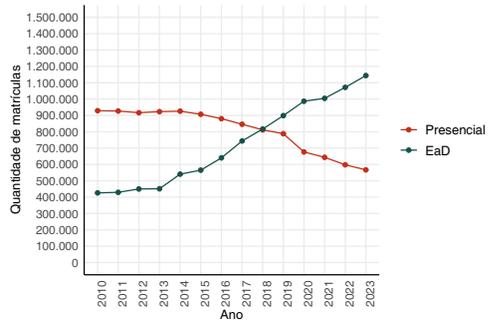
Dada a expressiva concentração de cursos em Minas Gerais, optamos por fazer uma caracterização preliminar desse conjunto, analisando o perfil das instituições responsáveis, suas coordenações e o quadro docente. A quantidade de cursos no estado torna esse recorte um ponto de partida viável para, em trabalhos posteriores, expandir a análise ao restante dos cursos.

### Painel A. Quantidade

#### Ingressantes

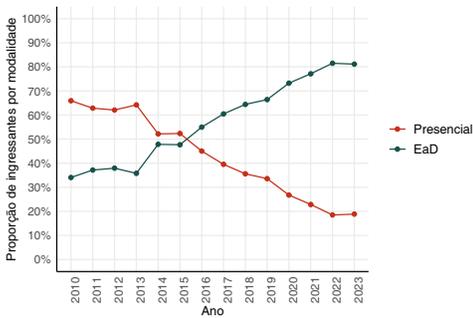


#### Matrículas



### Painel B. Proporção

#### Ingressantes



#### Matrículas

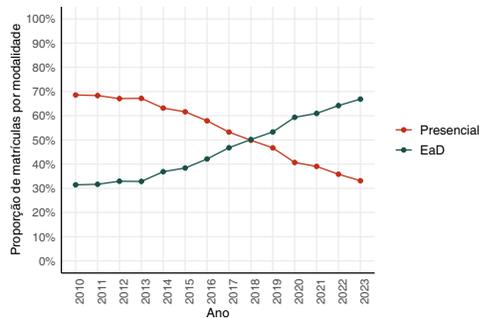


Figura 8. Número de ingressantes e de matrículas em cursos de licenciatura – Brasil 2012-2022

Fonte: Microdados do Censo da Educação Superior 2010 a 2023. Elaboração própria.

A análise preliminar evidencia que uma mesma instituição frequentemente oferece o mesmo curso de forma simultânea em diferentes regiões do país, por meio de distintos polos, sob a coordenação de um único gestor. Além disso, há casos de cursos com diferentes nomenclaturas, oferecidos por distintas instituições, mas igualmente coordenados pela mesma pessoa. Esse fato é exemplificado pela instituição com maior quantidade de

cursos, a Faculdade Única, que opera em Ipatinga, Timóteo e Contagem. O mesmo ocorre com a Faculdade Conexão, a Faculdade Prominas de Montes Claros, o Instituto de Educação de Montes Claros, a Faculdade Serra Geral, a Faculdade FARMAT e a Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Belo Horizonte. Na Faculdade Única de Contagem, os dois coordenadores também coordenam outras IES. Um deles é responsável pela Faculdade Única de Ipatinga e pela Faculdade Única de Timóteo, enquanto o outro coordena a Faculdade Conexão e a Faculdade Prominas de Montes Claros. Esta última, por sua vez, também está sob coordenação de um terceiro profissional.

A centralização da gestão desses cursos, evidenciada pelo acúmulo de funções e pela vinculação dos mesmos nomes a diferentes instituições, pode ser interpretada, em parte, como efeito de um modelo de negócio orientado à maximização de resultados, característico da expansão da EaD impulsionada pelo setor privado.

Por outro lado, a oferta de cursos por diferentes IES, sob a coordenação dos mesmos gestores, ao mesmo tempo que possibilita que os cursos sejam acessíveis para um grande número de alunos em várias localidades, também pode revelar falhas na regulação e na fiscalização desses cursos. Esse modelo de centralização na gestão, coordenação e ministração dos cursos, em que as IES e os profissionais parecem interdependentes, reflete-se também no conteúdo programático, uma vez que, em muitos casos, as ementas das disciplinas e grades curriculares são meras repetições umas das outras.

Ao buscar informações nos sites das instituições que oferecem os cursos em Minas Gerais, constatamos a indisponibilidade de suas matrizes curriculares e outros detalhes sobre seu funcionamento. Quando disponíveis, as grades curriculares apresentadas eram genéricas, sem bibliografia, ementas ou programas detalhados. Um aspecto que chama a atenção é o apelo ao “método de formação rápida”, que inclui a dispensa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e a promessa de emissão do certificado em até 24 horas após o término do curso.

TABELA 19. DISCIPLINAS OFERECIDAS POR TRÊS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA EM ANTROPOLOGIA. BRASIL, 2024.

<b>Faculdade Única Antropologia (720h)</b>	<b>Faculdade Conexão Antropologia (360h)</b>	<b>Faculdade Prominas de Montes Claros Antropologia (720h)</b>
Antropologia Brasileira	Antropologia Brasileira	Antropologia Brasileira
Antropologia Social e Cultural	Antropologia Cultural e Social	Antropologia Cultural e Social
Antropologia e Fundamentos da Educação Social	Antropologia e Fundamentos da Educação Social	Antropologia e Fundamentos da Educação Social
Antropologia Forense e Direitos Humanos	Antropologia Forense e Direitos Humanos	Antropologia Forense e Direitos Humanos
Docência do Ensino de Antropologia	Docência do Ensino de Antropologia	Docência do Ensino de Antropologia
História e Antropologia	História e Antropologia	História e Antropologia

Fonte: Plataforma e-MEC.

A dificuldade de obter informações sobre o currículo também surgiu nas tentativas de contato direto com as instituições. Ao estabelecer comunicação com algumas IES por meio de chats nos sites e aplicativos como WhatsApp, com o objetivo de solicitar e obter mais informações sobre a grade curricular e o corpo docente, fomos geralmente direcionados a atendentes virtuais ou funcionários que apenas forneciam o link para o site da IES, onde, como mencionado anteriormente, as informações requisitadas não estavam disponíveis. Nessas interações, ficou evidente que a ausência desses documentos era compensada por ofertas de formação rápida e outras “facilidades”, na tentativa de que esse contato resultasse na matrícula nos cursos.

A Faculdade Única (com unidades em Timóteo, Contagem e Ipatinga), que concentra o maior número de cursos de Antropologia, bem como a Faculdade Conexão e a Faculdade Prominas de Montes Claros, apresentam grades curriculares com uma estrutura muito semelhante. Em todas elas,

(...continuação da Tabela 20)

o curso é dividido em módulos ou unidades, geralmente entre 6 e 9, com cargas horárias que variam de 60 a 80 horas por módulo. A carga horária total dos cursos varia entre 360 e 720 horas. Essa semelhança entre as instituições pode decorrer de um modelo padronizado na oferta dos cursos, o que, por sua vez, pode indicar uma elaboração centralizada dos programas. Essa prática, associada à falta de informações detalhadas sobre os conteúdos abordados, reforça a necessidade de uma avaliação mais rigorosa da qualidade pedagógica dos cursos de especialização oferecidos por essas instituições.

Na tabela a seguir, são apresentadas as grades curriculares do Curso de Especialização em Antropologia oferecido pela Faculdade Única e pela Faculdade Conexão. A grade curricular do curso de Antropologia oferecido pela Faculdade Prominas de Montes Claros é idêntica à da Faculdade Única, por isso não a reproduzimos aqui.<sup>6</sup>

TABELA 20. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ANTROPOLOGIA OFERECIDO PELA FACULDADE ÚNICA — 2024.

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 1 Lições preliminares de antropologia brasileira	Do surgimento da antropologia e as primeiras correntes; o surgimento do pensamento antropológico e o evolucionismo; antropologia funcionalista; a antropologia francesa; Franz Boas e o surgimento da linha americana; os conceitos de cultura; cultura e natureza; cultura popular e cultura erudita; transformações culturais nas sociedades industrializadas; temas contemporâneos da antropologia e a antropologia brasileira; temas contemporâneos da antropologia; a etnicidade em questão; o conceito de identidade; as discussões contemporâneas de gênero, sexualidade e parentesco; os debates sobre cultura e natureza; a antropologia brasileira; da chegada até os anos 1960; a antropologia brasileira da década de 1960 aos dias de hoje.	80h

(continua...)

<sup>6</sup> Informação disponível em <https://prominasunica.com.br/pos-graduacao/Educação/AAPCF720/>. Acesso em 12 de maio de 2024.

(...continuação da Tabela 20)

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 2 Pensamento e produção científica na antropologia	Primeiros caminhos da antropologia; pensando uma prática; oralidade e pensamento antropológico; relativizando a origem da antropologia; a antropologia dentro das ciências sociais; os primeiros passos dados por Durkheim e Mauss; a produção antropológica e seus objetivos científicos	80h
Módulo 3 Estudo da antropologia brasileira	Explicar o Brasil; os primeiros passos da antropologia brasileira; o contexto histórico para a consolidação da antropologia no Brasil; os clássicos da antropologia brasileira; Roberto DaMatta (1936-), Gilberto Velho (1954-2012), Manuela Carneiro e Eduardo Viveiro de Castro.	80h
Módulo 4 Relações étnico raciais no contexto da antropologia	A invenção do conceito de raça; estudos sobre relações étnico-raciais; o conceito de raça e o racismo; João Batista Lacerda, Nina Rodrigues; relações étnico-raciais no século XX; o século XX das relações étnico-raciais na antropologia; Gilberto Freyre, Oracy Nogueira, Peter Fry, Carlos Hasenbalg; as relações étnico-raciais e o discurso colonial e pós-colonial.	80h
Módulo 5 Antropologia histórica e cultural	Primeiros contatos entre história e antropologia; história e antropologia; primeiros contatos; o olhar antropológico e a história cultural; a nova história cultural e a antropologia histórica; diálogos entre antropologia e história; debates e embates da antropologia com a história; Lévi-Strauss e a história dentro do estruturalismo; Marshall Sahlins: entre a estrutura e o evento; Geertz e a “descrição densa”; Pierre Bourdieu: o campo e o hábitus; diálogos entre a história e a antropologia; os historiadores e a antropologia; Emmanuel Le Roy Ladurie e a história etnográfica; Robert Darnton e a antropologia interpretativa; Michel de Certeau e a vida cotidiana; caminhos distintos e destinos semelhantes.	80h

(continua...)

(...continuação da Tabela 20)

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 6 Sociedade brasileira e sua formação	As influências externas para a construção da interpretação do Brasil no final do século XIX para o XX; alguns apontamentos; interpretações sobre a formação da sociedade brasileira; a geração de 1930; a sociedade brasileira; a escravidão e a questão racial; a dicotomia campo e cidade; a sociologia no Brasil; os clássicos que deram a forma científica à sociologia brasileira.	80h
Módulo 7 Aspectos sócio-antropológicos	Introdução à psicologia social e comunitária; psicologia social e comunitária e sua origem; objetivos de estudo e desenvolvimento. As relações que o indivíduo estabelece com outros indivíduos e com diferentes instituições a partir de categorias psicossociais como identidade, alienação, consciência e ideologia. Abordagens teóricas de investigação e a análise científica dos eventos psicossociais. Dimensão ética, epistemológica e científica da pesquisa e do trabalho prático de psicólogos/as em uma perspectiva psicossocial. Questões sociais contemporâneas.	80h
Módulo 8 Família, comunidade e sociedade	A organização social na contemporaneidade e a relação que se estabelece a partir da parceria entre escola, família e comunidade ao longo do processo histórico. Problemas e conquistas resultantes das iniciativas de convivência social. Orientação para elaboração de projetos e programas educativos da escola e comunidade, estratégias de movimentos e manifestações para minimizar os problemas sociais. Legislação e políticas públicas de responsabilidade social em parceria com outros setores da sociedade.	80h

(continua...)

(...continuação da Tabela 20)

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 9 Sociedade e estado: poder e representação	A formação do estado: uma perspectiva histórica; as origens; as lógicas da coerção; o estado nacional; negociação, direitos e ação coletiva; a instituição do governo direto; do governo indireto para o direto: a Revolução Francesa; a expansão do estado: o governo direto e o nacionalismo; o sistema europeu de estado; fundamentos do estado; a sociedade e o estado; sociedade, estado, nação; o poder do estado; legalidade e legitimidade do poder político; a soberania; a separação dos poderes; a separação de poderes e o liberalismo; as formas de governo; representação, identidade, democracia e estado democrático de direito; representatividade, identidade e estado; o sistema representativo e as políticas da representação; a “duplicidade” e o sistema representativo na época do liberalismo; a Revolução Francesa e a Doutrina da duplicidade; o auge e o declínio da Doutrina da identidade; a Doutrina da identidade; a nova realidade do princípio representativo; a democracia; a democracia direta; a democracia indireta (representativa); a democracia semidireta; o estado de direito e o estado democrático de direito; estado liberal de direito; o estado social de direito; o estado democrático; a formação do estado brasileiro e a Constituição de 1988.	80h
		Carga horária total: 720h

Fonte: Faculdade Única, 2024.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.faculdadeunica.com.br/pos-graduacao/educacao/antropologia-720/>. Acesso em 11 de outubro de 2024.

TABELA 21. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ANTROPOLOGIA OFERECIDO PELA FACULDADE CONEXÃO — 2024.

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 1 Lições preliminares de antropologia brasileira	Do surgimento da antropologia e as primeiras correntes; o surgimento do pensamento antropológico e o evolucionismo; antropologia funcionalista; a antropologia francesa; Franz Boas e o surgimento da linha americana; os conceitos de cultura; cultura e natureza; cultura popular e cultura erudita; transformações culturais nas sociedades industrializadas; temas contemporâneos da antropologia e a antropologia brasileira; temas contemporâneos da antropologia; a etnicidade em questão; o conceito de identidade; as discussões contemporâneas de gênero, sexualidade e parentesco; os debates sobre cultura e natureza; a antropologia brasileira; da chegada até os anos 1960; a antropologia brasileira da década de 1960 aos dias de hoje.	60h
Módulo 2 Estudo da antropologia brasileira	Explicar o Brasil – os primeiros passos da antropologia brasileira; o contexto histórico para a consolidação da antropologia no Brasil; os clássicos da antropologia brasileira; Roberto DaMatta (1936-), Gilberto Velho (1954- 2012), Manuela Carneiro e Eduardo Viveiro de Castro.	60h
Módulo 3 Antropologia histórica e cultural	Primeiros contatos entre história e antropologia; história e antropologia; primeiros contatos; o olhar antropológico e a história cultural; a nova história cultural e a antropologia histórica; diálogos entre antropologia e história; debates e embates da antropologia com a história; Lévi-Strauss e a história dentro do estruturalismo; Marshall Sahlins: entre a estrutura e o evento; Geertz e a “descrição densa”; Pierre Bourdieu: o campo e o hábitus; diálogos entre a história e a antropologia; os historiadores e a antropologia; Emmanuel Le Roy Ladurie e a história etnográfica; Robert Darnton e a antropologia interpretativa; Michel de Certeau e a vida cotidiana; caminhos distintos e destinos semelhantes.	60h

(continua...)

(...continuação da Tabela 21)

<b>Módulo/Unidade</b>	<b>Ementa</b>	<b>Carga horária</b>
Módulo 4 Aspectos sócio-antropológicos	Introdução à psicologia social e comunitária; psicologia social e comunitária e sua origem, objetivos de estudo e desenvolvimento. As relações que o indivíduo estabelece com outros indivíduos e com diferentes instituições a partir de categorias psicossociais como: identidade, alienação, consciência e ideologia. Abordagens teóricas de investigação e a análise científica dos eventos psicossociais. Dimensão ética, epistemológica e científica da pesquisa e do trabalho prático de psicólogos/as em uma perspectiva psicossocial. questões sociais contemporâneas.	60h
Módulo 5 Antropologia: pensamento e produção científica	Primeiros caminhos da antropologia; pensando uma prática, oralidade e pensamento antropológico; relativizando a origem da antropologia; a antropologia dentro das ciências sociais; os primeiros passos dados por Durkheim e Mauss; a produção antropológica e seus objetivos científicos; o que define a antropologia enquanto ciência?; métodos e técnicas da antropologia; escolas de pensamento antropológico e o etnocentrismo; evolucionismo; difusionismo; novas perspectivas a partir da etnografia; escolas de pensamento antropológico; escolas de pensamento antropológico: funcionalismo, estruturalismo, culturalismo, interpretativa, novas fronteiras da antropologia.	60h
Módulo 6 O papel das relações étnico-raciais na antropologia	A invenção do conceito de raça; estudos sobre relações étnico-raciais; o conceito de raça e o racismo; João Batista Lacerda, Nina Rodrigues; relações étnico-raciais no século XX; o século XX das relações étnico-raciais na antropologia; Gilberto Freyre, Oracy Nogueira, Peter Fry, Carlos Hasenbalg; as relações étnico-raciais e o discurso colonial e pós-colonial; da construção à desconstrução do conceito de raça, a virada pós-colonial e as mudanças na antropologia; o discurso colonial a partir de Gilberto Freyre, Kabengele Munanga e a questão da identidade; qual o lugar da antropologia nas relações étnico-raciais?.	60h
		Carga horária total: 360h

Fonte: Faculdade Conexão (2024).<sup>8</sup>

8 Informação disponível em <https://faculdadeconexaoposgrad.com.br/pos-graduacao/educacao/antropologia-360>. Acesso em 12 de maio de 2024.

Embora seja desafiador localizar os documentos que contêm a grade curricular dos cursos e informações detalhadas sobre a proposta formativa nas páginas das IES – elementos essenciais para a avaliação dos cursos –, é comum encontrar em destaque na publicidade expressões como “reconhecido pelo MEC” e “nota máxima no MEC”. No entanto, é importante ressaltar que o reconhecimento pelo MEC é apenas um ato administrativo. Diferentemente dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, que são submetidos a processos formais de regulação e avaliação da qualidade acadêmica, os cursos de especialização *lato sensu*, sobretudo na modalidade online, não estão sujeitos a esse tipo de supervisão específica. Além disso, os indicadores e processos envolvidos nas avaliações do MEC – como o Índice Geral de Cursos e o Conceito Preliminar de Curso – referem-se aos cursos de graduação, não aos de pós-graduação. As propagandas, portanto, fazem uma inferência indevida ao sugerir um nível de qualidade para cursos que sequer são avaliados por esses critérios.

Nesse contexto, ao analisar a publicidade na internet de cursos de Antropologia na EaD, destaca-se o uso constante de expressões como “flexibilidade” e “acessibilidade”. A ideia central é garantir o acesso ao ensino superior por meio de conteúdos online que estão sempre disponíveis e que podem ser acessados sem restrições de horários fixos, por meio de plataformas que oferecem uma variedade de recursos como vídeos, bate-papos, apostilas e orientações personalizadas. Um diferencial frequentemente destacado é a ausência da obrigatoriedade de aulas síncronas, complementada por práticas em laboratórios virtuais e bibliotecas digitais.

O termo “acessibilidade”, nesse contexto, também significa custos relativamente baixos, com mensalidades a partir de R\$29,90, R\$99,90 e R\$120,00. As campanhas enfatizam ainda a flexibilização do processo de aprendizagem, permitindo que cada estudante adapte seus estudos ao seu próprio ritmo e disponibilidade, em todo caso promovendo uma educação rápida e voltada para “turbinar o currículo”. A ideia de que o aluno pode fazer seus próprios horários e estudar em qualquer lugar é fortemente explorada, com imagens de pessoas utilizando o transporte público ou realizando tarefas domésticas enquanto acessam o conteúdo do curso.

Outro aspecto amplamente divulgado é a abrangência nacional desses cursos, ressaltando que estão “disponíveis em todo o país”. Dessa forma, reforça-se a promessa de uma educação superior mais acessível, tanto em termos de custo quanto de disponibilidade geográfica e temporal.

UNIASSELVI

Graduação Pós-graduação Técnicos e profissionalizantes Cursos Livres Institucional Ambiente virtual

**NÃO DEIXE NADA ATRAPALHAR O SEU FUTURO**

Seleção UNIASSELVI

**ESTUDO GARANTIDO:** caso você perca o emprego no início do curso, as mensalidades do primeiro semestre serão por conta da UNIASSELVI.

Estude em casa ou no polo com tutor exclusivo por turma.

UNIASSELVI | GRADUAÇÃO | O EAD MAIS PERTO DE VOCÊ | ENCONTROS | 60

Assistir mais tarde Compartilhar

UNIASSELVI

**UNIASSELVI LEO APP**  
NAVEGAÇÃO GRATUITA

1:29 / 1:01

YouTube

UNIASSELVI

**INSCREVA-SE**

Vem para a graduação EAD UNIASSELVI.

**Com aulas on-line o corre não para – Bora que vai | UNIASSELVI**

5,8 mi de visualizações · há 1 mês #BoraQueVai ...mais



UNIASSELVI 267 mil

Inscriver-se

Imagem 1. Publicidade da graduação a distância da UNIASSELVI (2024).

Fonte: UNIASSELVI (2024).<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Disponível em: <https://portal.uniassevi.com.br/graduacao/bacharelado/antropologia/ead>. Acesso em 26 de abril de 2024.

**Faça Agora 2 Pós por 12x R\$49,90 cada**

Pós-Graduação EaD em  
**ANTROPOLOGIA**

Área: Ciências Sociais, Comunicação e Informação  
720H

RECONHECIDA PELO MEC  
VIDEODULAS  
CONFERÊNCIA ANTONIO G. BRASIL

**Método de Formação Rápida**

- Início Imediato
- 100% Online
- TCC Opcional
- Conclusão em 6 meses
- Convênios para estágios
- Reconhecido pelo MEC
- Suporte personalizado

Pós-Graduação EaD

1º PÓS 12x R\$50,00\*  
2º PÓS 12x R\$40,00\*  
3º PÓS 12x R\$30,00\*

Garante vaga

01 Conclusão e partir de 4 meses  
02 Certificado em até 24h após conclusão do curso  
03 Cursos reconhecidos pelo MEC e com TCC opcional  
04 Aula de revisão de concurso  
05 Cursos preparatórios para concursos públicos  
06 Curso rápido de gestão de tempo

Pós-Graduação EAD  
**EAD que >>> +400 mil**  
**IMPULSIONA** Histórias de Sucesso

Pós-Graduação EAD em  
**ANTROPOLOGIA**

**Videoaulas exclusivas para assistir de onde e quando quiser**

Assista a todas as aulas da sua Pós pelo computador, tablet ou celular pela web ou pelo nosso aplicativo exclusivo, com a melhor tecnologia EAD do Brasil.

Unyleya  
**ASSISTA AO VIDEO**  
e descubra como será o seu curso!

Imagem 2. Publicidade sobre cursos de pós-graduação a distância em Antropologia (lato sensu) (2024).

Fonte: Sites das IES (2024).<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Para este mosaico, foram consultados os seguintes sites: Faculdade Única, disponível em <https://prominasunica.com.br/pos-graduacao/Educação/AAPCF720/>; Faculdade Unyleya, disponível em <https://unyleya.edu.br/pos-graduacao-ead/curso/antropologia/>; Faculdade Conexão, disponível em <https://faculdadeconexao.com.br/pos-graduacao/educacao/antropologia-360/>. Todos os sites foram acessados em 30 de abril de 2024.



Imagem 3. Posts patrocinados de cursos de pós-graduação a distância em Antropologia na rede social Instagram (2024).

Fonte: Instagram (2024).<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Acesso em novembro e dezembro de 2023.

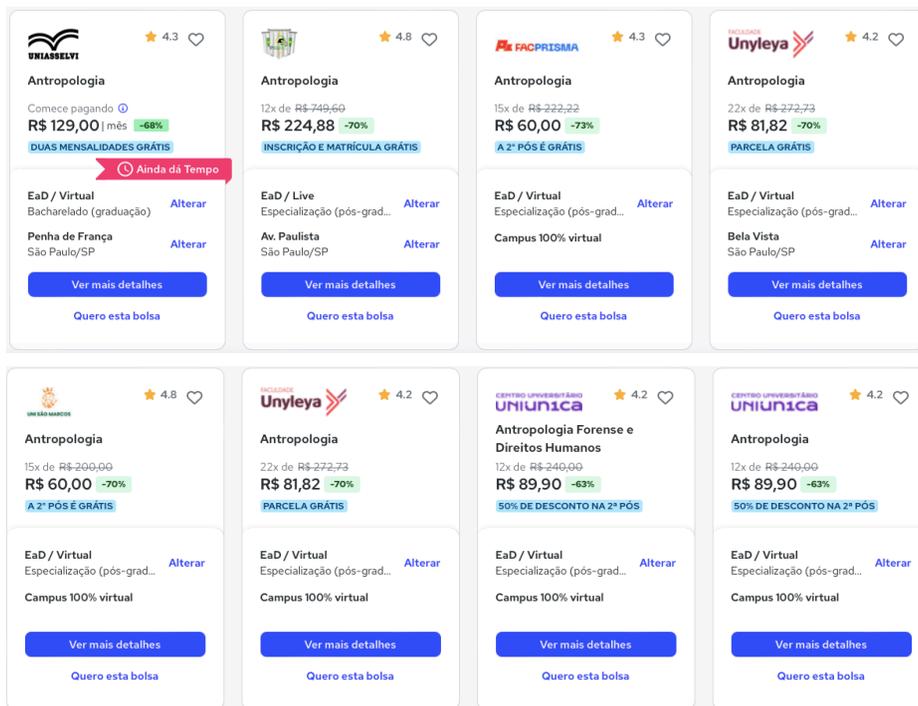


Imagem 4. Ofertas de cursos de especialização a distância em Antropologia (2024).

Fonte: Site de ofertas de bolsas de estudo Querobolsa (2024).<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Disponível em: <https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/antropologia/bolsas>. Acesso em novembro de 2024.

# Regulação e supervisão dos cursos de Antropologia a distância no Brasil

De acordo com Alves (2011), a educação a distância no Brasil remonta a iniciativas como a do *Jornal do Brasil*, que, em 1904, passou a oferecer cursos por correspondência para digitadores. Essa prática rapidamente se disseminou por outros jornais ao longo do século XX, possibilitando que muitas pessoas se qualificassem em áreas profissionais demandadas pelo mercado de trabalho da época. Naquele período, o material impresso era o principal meio de comunicação entre estudantes e instrutores. Com o avanço das telecomunicações e a crescente industrialização do país, o rádio tornou-se um meio importante para a educação a distância, especialmente a partir da década de 1920. Em 1923, um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto fundou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que passou a oferecer cursos em diversas áreas, como Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia.

Na segunda metade do século XX, com a popularização da televisão, a educação a distância expandiu-se ainda mais. A promulgação da Lei Brasileira de Telecomunicações incentivou emissoras privadas a transmitir programas com fins educacionais, como os veiculados pela TV Cultura e pela TV Escola. Desde a década de 1960, o Brasil criou órgãos governamentais voltados para a EaD, como o Programa Nacional de Teleducação (Prontel), posteriormente substituído pela Secretaria de Aplicação Tecnológica (Seat). Em 1996, o MEC criou a Secretaria de Educação a Distância, formalizando ainda mais o compromisso do governo federal com essa modalidade de ensino no país.

O Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), define a

educação a distância como uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica ocorre por meio de tecnologias de informação e comunicação, com profissionais qualificados e políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis. Nessa modalidade, as atividades educativas são realizadas por estudantes e educadores que estão em locais e tempos distintos (ver Art. 1º).

Historicamente, a EaD foi concebida como uma extensão da educação convencional, complementando a educação formal fora da sala de aula, ou como uma forma de “educação não formal” (Brasil, 2002, p. 3). A própria LDB, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino fundamental presencial, menciona a EaD apenas como “complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (Artigo 32 §4). Atualmente, no entanto, a EaD é reconhecida como uma modalidade por direito próprio e, no que aqui interessa, todos os cursos de graduação e de pós-graduação nessa modalidade precisam ser regulamentados pelo MEC. Para que uma IES possa oferecer cursos na modalidade a distância, é necessário obter credenciamento e autorização do MEC, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos.

A necessidade de uma regulação mais rigorosa dos cursos de EaD tem sido destacada por diversos autores, especialmente em áreas como Saúde, Direito e Psicologia (Salvucci *et al.*, 2012; Junior, 2014). O assunto também mobiliza representantes de classes profissionais, como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e os Conselhos Federais de Psicologia, Odontologia, Medicina e Enfermagem. Essas entidades frequentemente se posicionam contra a criação de cursos a distância nessas áreas, argumentando que essa modalidade de educação contribui para a precarização do ensino e a formação inadequada dos profissionais.<sup>13</sup> A regulação mais rigorosa é vista como essencial para garantir a qualidade da educação, especialmente em

---

13 “A explosão de cursos EAD e a falta de regulação do MEC”, Estadão Podcast de 16 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/a-exploracao-de-cursos-ead-e-a-falta-de-regulacao-do-mec/>. Acesso em 11 de outubro de 2024.

campos que exigem formação prática intensiva e contato direto com pacientes, usuários ou clientes, o que pode ser limitado na EaD.

Há diferenças legais entre os cursos de graduação e os de pós-graduação *lato sensu*. Os cursos presenciais de especialização oferecidos por IES credenciadas ou por entidades autorizadas a atuar nesse nível educacional independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* devem apenas seguir as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 1/2007. Já os cursos de especialização *lato sensu* na modalidade EaD podem ser oferecidos apenas por instituições credenciadas para essa modalidade, conforme a Resolução nº 5, de 25 de setembro de 2008, que regulamenta o credenciamento especial de instituições não educacionais para a oferta desses cursos.<sup>14</sup>

A SERES (Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior), órgão do MEC responsável pela fiscalização e regulamentação dos cursos no ensino superior de graduação e pós-graduação *strictu sensu*, monitora a criação e o funcionamento desses cursos. Em 24 de outubro de 2023, a presidência da ABA reuniu-se com representantes da SERES para obter informações sobre a autorização e a avaliação dos cursos de graduação e especialização em Antropologia na EaD, bem como sobre o credenciamento das IES que os oferecem. A reprodução dessa comunicação oferece subsídios para compreender o posicionamento do principal órgão regulador do ensino superior no país em relação a temas centrais para este trabalho. Formalmente, foram apresentados os seguintes questionamentos, protocolados no Ofício nº 076/2023/ABA:

- Qual é a base legal que autoriza a criação e o funcionamento desses cursos?
- Quantos e quais cursos EaD em Antropologia estão credenciados pelo MEC?

---

14 Informação disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/educacao-superior-1/pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu/os-cursos-de-pos-graduacao-lato>. Acesso em 3 de dezembro de 2024.

- Quais são as notas e bases de avaliação atribuídas a esses cursos que atestam sua qualidade?
- Quais são os quesitos específicos exigidos para o credenciamento e funcionamento de cursos EaD em antropologia no ensino superior?
- Quantos estudantes estão atualmente matriculados nesses cursos e quantos já se formaram?

As representantes da SERES informaram que os dados solicitados pela ABA sobre os cursos de graduação e especialização em Antropologia na modalidade EaD podem ser consultados na plataforma e-MEC, que centraliza as informações sobre a oferta de cursos de educação superior no Brasil. Além disso, demonstraram interesse em acompanhar os resultados de eventuais levantamentos conduzidos pela ABA, reconhecendo que a expansão da EaD é uma preocupação crescente do MEC — especialmente em áreas como a Saúde.

É importante destacar que os dados referentes às pós-graduações *lato sensu* tendem a ser subestimados, uma vez que sua divulgação depende da iniciativa das próprias instituições ofertantes, que autodeclaram essas informações. Esse cenário é particularmente relevante no caso do amplo mercado de especializações *lato sensu* no Brasil, voltado para diferentes campos profissionais e formativos — com destaque para áreas como negócios, finanças e, mais recentemente, também a Antropologia. Esse segmento opera, portanto, de maneira relativamente autônoma em relação ao Ministério da Educação e ao seu sistema de supervisão e regulação.

Os questionamentos apresentados pela ABA resultaram na abertura do Processo SEI nº 23000.004094/2024-77, encaminhado para a DIREG (Diretoria de Regulação da Educação Superior), responsável pelo tratamento desses temas. Em 26 de fevereiro de 2024, a ABA recebeu uma resposta oficial por meio do Ofício nº 1377/2024/NAAI/GAB/SERES/SERES-MEC, ao qual nos remitimos a seguir. Posteriormente, o Ofício nº 1680/2024/NAAI/

GAB/SERES/SERES-MEC, datado de 29 de fevereiro de 2024, acrescentou novas informações, que, quando pertinente, citaremos conjuntamente.

### **Qual a base legal que autoriza a criação e funcionamento dos cursos de antropologia a distância?**

As normas específicas que regem a criação e o funcionamento dos cursos de graduação e especialização em qualquer modalidade de ensino são:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996 – LDB) e suas alterações. O Artigo 80 da LDB delega ao Poder Público a responsabilidade de desenvolver e veicular programas de ensino a distância em todos os níveis e modalidades. Define a EaD como uma modalidade legítima e reconhecida dentro do sistema educacional brasileiro.
- Decreto nº 9.235/2017. Dispõe sobre a regulação, supervisão e avaliação da educação superior, tanto presencial quanto a distância. Igualmente, define os atos autorizativos necessários para o funcionamento de IES e seus cursos.
- Decreto nº 9.057/2017. Regulamenta o Artigo 80 da LDB e estabelece as normas para a oferta de cursos na modalidade EaD, além de definir que instituições interessadas em oferecer cursos a distância devem obter credenciamento junto ao MEC.
- Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23/2017. Regulam os procedimentos para credenciamento de instituições e autorização de cursos na modalidade EaD.
- Resolução CNE/CES 17/2002. Estabelece as diretrizes curriculares dos cursos de graduação e especialização, aplicáveis também à EaD.

Para que um curso de graduação a distância em Antropologia funcione regularmente e atenda aos critérios de qualidade exigidos pelo MEC, a IES deve cumprir com os seguintes atos autorizativos:

- Credenciamento da instituição: é o primeiro ato autorizativo que permite o funcionamento da IES e é obrigatório para que possa oferecer cursos superiores na modalidade EaD.
- Autorização do curso: faculdades devem solicitar autorização do MEC; universidades e centros universitários (como a UNIASSELVI) devem solicitar autorização para cursos em áreas específicas (como Saúde e Direito) ou para cursos ofertados fora do município-sede. Para a abertura de cursos que não se enquadram nessas categorias, as IES devem informar ao MEC para fins de supervisão, avaliação e reconhecimento futuro.
- Reconhecimento do curso: solicitado quando tiver completado entre 50% e 75% do período de sua integralização, ou seja, quando o curso estiver em andamento e as turmas já tiverem passado da metade do tempo necessário para a conclusão da sua integralização. Esse reconhecimento garante a validade do diploma.
- Renovação de reconhecimento: realizada periodicamente conforme os ciclos avaliativos do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior).
- Recredenciamento: trata-se da renovação periódica do credenciamento da IES, que também ocorre conforme as normas e prazos estabelecidos pela legislação da educação superior.

A oferta de qualquer curso superior sem a devida autorização do MEC, seja na modalidade presencial ou a distância, constitui uma irregularidade administrativa. Além das consequências no âmbito educacional, essa prática pode gerar implicações legais, sujeitando a instituição às sanções previstas na legislação civil e penal.

## **Quantos e quais são os cursos EAD em Antropologia credenciados pelo MEC?**

Em resposta ao Ofício N° 1680/2024 da ABA, a SERES apresentou um relatório contendo dados cadastrais sobre os cursos de graduação em Antropologia na modalidade EaD e recomendou o acesso direto ao Cadastro e-MEC para obter informações detalhadas. Comparamos nosso levantamento, realizado na plataforma e-MEC — até então a principal base de dados para essa caracterização —, com os dados do relatório da SERES e constatamos que este último apresentava apenas uma lista completa dos polos do curso de antropologia *stricto sensu* oferecido pela única instituição que disponibiliza graduação em antropologia na modalidade EAD, sem incluir dados sobre especializações.

O único curso de graduação a distância em Antropologia identificado é o bacharelado registrado sob o código e-MEC 1576571, oferecido pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), uma instituição privada com fins lucrativos (código 1472 no e-MEC). Esse curso tem uma carga horária total de 2.536 horas, está ativo e oferta 9.800 vagas anuais, distribuídas em 1.122 polos localizados nas 27 unidades da Federação.<sup>15</sup>

Apenas uma pessoa figura como responsável pelo curso de Antropologia em todas as 1.122 localidades onde ele é ofertado, utilizando o mesmo correio eletrônico e telefone de contato. Ao analisar seu currículo Lattes, atualizado em 17 de abril de 2024, verificamos que sua titulação máxima é um mestrado em Desenvolvimento Regional pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (2008–2010). Além disso, tem graduação em Ciências Sociais pela mesma instituição (1999–2003), licenciatura

---

15 À guisa de referência, a Resolução 2/2007 do CNE/CES/MEC determina que a carga horária de um curso de graduação presencial deve estar entre 2.400 e 7.200 horas, o que corresponde a uma duração de dois a oito anos, respectivamente. A carga horária varia de acordo com o tipo de formação, como licenciatura, bacharelado e tecnológico. Ver [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf). Acesso em 14 de outubro de 2024. A carga horária de um curso de graduação a distância é a mesma dos cursos presenciais, de acordo com a LDB.

em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI (2013–2015) e uma pós-graduação em Educação à Distância: Gestão e Tutoria (2011–2012), também pela UNIASSELVI, sem especificação do nível do curso. Segundo o currículo, desde 2011, a profissional atua como coordenadora e docente dos cursos de Ciência Política e Antropologia da UNIASSELVI. Além disso, coordena a *Revista Maiêutica* de Ciências Humanas e Sociais da UNIASSELVI e o Núcleo de Apoio aos Direitos Humanos da instituição.

Como apontamos antes, a concentração de tantas funções em uma única pessoa, responsável por um curso com tamanha distribuição geográfica, coloca a necessidade de mais indagações sobre o modelo organizacional, a gestão acadêmica e o funcionamento desse curso em escala nacional. Contudo, é importante destacar que o perfil da coordenadora do curso de graduação online em Antropologia da UNIASSELVI alinha-se ao perfil docente típico da educação superior na rede privada no Brasil, conforme identificado pelo Censo da Educação Superior sobre o docente típico da educação superior na rede privada no Brasil, como sintetizado pelo seguinte quadro.

QUADRO 1. PERFIL DO DOCENTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA. BRASIL, 2023.

Atributos do vínculo docente	Categoria administrativa	
	Pública	Privada
Sexo	Pública	Privada
Idade	42	42
Escolaridade	Doutorado	Mestrado
Regime de trabalho	Tempo integral	Tempo parcial

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base em microdados do Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024, p. 10).

Nota: Para a construção do perfil do docente, é considerada a moda de cada atributo selecionado separadamente.

Conforme os dados do Censo, tanto na rede privada quanto na rede pública, a idade mais frequente é 42 anos. O sexo masculino é mais frequente nas instituições públicas, enquanto nas redes privadas é o feminino.

Os doutores são mais frequentes na rede pública, enquanto na rede privada predominam os mestres. Em relação ao regime de trabalho, enquanto a predominância dos docentes da rede pública é o regime em tempo integral, na rede privada, a maior parte tem tempo parcial.

### **Quais as notas e bases de avaliação a eles conferidas que atestam a qualidade dos cursos oferecidos?**

Os instrumentos de avaliação relacionados à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento dos cursos de graduação baseiam-se nos indicadores de qualidade estabelecidos pelo SINAES (Verhine, 2010; 2015). A Portaria Normativa MEC nº 20/2017 padroniza as decisões nos processos regulatórios, utilizando os conceitos obtidos nas avaliações. Conforme o Ofício nº 1680 da SERES, o MEC emprega cinco indicadores de qualidade para avaliar as IES e seus cursos:

- Conceito Enade: mede o desempenho dos estudantes por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).
- Conceito Preliminar de Curso (CPC): avalia os cursos de graduação considerando critérios como infraestrutura e qualificação do corpo docente.
- Índice Geral de Cursos (IGC): analisa a qualidade global da instituição, calculando a média dos conceitos dos cursos oferecidos.
- Conceito Institucional (CI): resulta da avaliação in loco realizada pelo MEC para verificar o funcionamento da instituição.
- Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD): mede o impacto do curso no desenvolvimento acadêmico dos estudantes, comparando seus desempenhos no Enade e no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Esses indicadores constituem a base da avaliação da qualidade dos cursos de graduação, tanto nas modalidades presenciais quanto a distância, e são centrais para os processos de credenciamento e regulação das IES.

A SERES também fez referência ao Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, ressaltando a importância do credenciamento e dos procedimentos exigidos para a oferta de cursos a distância. De acordo com o Artigo 11 desse decreto, as instituições privadas de ensino superior devem solicitar autorização ao MEC para atuar na modalidade EaD, considerando tanto a sede da instituição quanto os polos de educação a distância previstos no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e no PPC (Projeto Pedagógico de Curso).

O Artigo 13 do Decreto nº 9.057 estabelece que os processos de credenciamento, credenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento na EaD exigem uma avaliação presencial na sede da instituição. Essa mudança, introduzida em 2017, eliminou a necessidade de avaliação nos polos, que anteriormente era exigida para a autorização dos cursos. A eliminação desse requisito foi um fator determinante para a rápida expansão da oferta de cursos de graduação e pós-graduação em instituições privadas com fins lucrativos a partir de 2017. A avaliação *in loco* visa verificar se a metodologia, a infraestrutura e o corpo docente atendem às normas do SINAES.

Além disso, a SERES monitora as IES por meio de ciclos avaliativos, examinando aspectos como a estrutura didático-pedagógica, a qualificação do corpo docente, a biblioteca e a infraestrutura. As avaliações são conduzidas pelo Inep, utilizando instrumentos específicos para assegurar a qualidade dos cursos. Caso sejam identificadas deficiências, a instituição pode ser submetida a processos de supervisão, que, dependendo da gravidade, podem culminar em sanções administrativas, incluindo o descredenciamento.

Por fim, o MEC publicou a primeira versão dos *Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância* em 2003, com uma atualização em 2007. Embora esse documento não tenha força de lei, ele tem servido como base para regulamentações e para a concepção teórico-metodológica

da EaD no Brasil. Após quase vinte anos sem atualização, os *Referenciais* continuam a orientar a estruturação da EaD no país.<sup>16</sup>

### **Quais os quesitos próprios para a área de Antropologia exigidos para o credenciamento e funcionamento de cursos EaD em antropologia no ensino superior?**

Os critérios para o credenciamento e o funcionamento de cursos na EaD estão diretamente vinculados à regulamentação geral para cursos superiores no Brasil, uma vez que não existem Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para o curso de antropologia. Assim, as IES devem seguir a Resolução CNE/CES nº 17/2002, que estabelece as diretrizes para os cursos da área de Ciências Sociais, incluindo a Antropologia. Além disso, as exigências de credenciamento e de funcionamento de cursos na EAD são regulamentadas por normas gerais do MEC como:

- Credenciamento da IES: para que uma instituição possa oferecer cursos na modalidade a distância, é necessário obter credenciamento junto ao MEC, conforme o Decreto nº 9.235/2017. Esse credenciamento inclui a avaliação da sede e, quando aplicável, dos polos de apoio presencial.
- Autorização de curso: a criação de um curso de graduação exige autorização do MEC, salvo nos casos de universidades e centros universitários, que têm autonomia para criar novos cursos sem necessidade de autorização prévia — como ocorre com o Centro universitário Leonardo da Vinci — UNIASSELVI. No entanto, essa autonomia não se aplica a cursos da área da Saúde, que seguem regulamentação específica prevista no Decreto nº 9.235/2017.

---

<sup>16</sup> Vejam-se, por exemplo, os *Referenciais de Qualidade para Cursos EaD na UFBA* (Universidade Federal da Bahia), produzidos em 2021. Disponível em [https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/referenciais\\_qualidade\\_final.pdf](https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/referenciais_qualidade_final.pdf). Acesso em 13 de maio de 2024.

- Instrumentos de avaliação do Inep: a qualidade dos cursos, incluindo os ofertados na modalidade EaD, é avaliada com base nos instrumentos do Inep. Esses instrumentos analisam a estrutura pedagógica, o corpo docente, os materiais didáticos e a infraestrutura tecnológica. Além disso, consideram a coerência entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico de Curso, especialmente no que se refere às especificidades da Antropologia.
- Pós-graduação *lato sensu*: de acordo com o Art. 29 do Decreto nº 9.235/2017, as IES credenciadas para ofertar cursos de graduação podem também oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade para a qual estão credenciadas, sem necessidade de autorização do MEC. A única exigência é que a IES comunique à SERES no prazo de sessenta dias após a criação do curso.

Essas regulamentações visam garantir que os cursos na EAD mantenham padrões de qualidade e sigam os parâmetros legais vigentes, mesmo quando não existem diretrizes específicas, como ocorre no caso da graduação em Antropologia.

Os cursos de graduação cuja oferta necessita de autorização do MEC, mencionados na resposta da SERES, são Direito, Medicina, Odontologia, Psicologia e Enfermagem, após prévia manifestação da OAB e do Conselho Nacional de Saúde, conforme o Artigo 41 do Decreto nº 9.235 de 2017.

Por fim, na ausência de normativas específicas e de uma entidade de classe que regulamente a autorização de cursos de Antropologia, a SERES orienta a aplicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior nº 17, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais – incluindo Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia. Além disso, os cursos devem obedecer às normas gerais que regulamentam a oferta de educação a

distância no ensino superior, conforme já indicado na resposta ao primeiro questionamento apresentado pela ABA.

### **Quantos estudantes encontram-se matriculados e quantos têm sido formados nesses cursos?**

No Ofício nº 1377, a SERES orientou que o questionamento sobre o número de ingressantes e de egressos nos cursos de graduação em Antropologia na modalidade EaD fosse direcionado ao Inep, responsável pelo Censo da Educação Superior. Posteriormente, no Ofício nº 16803, a SERES reforçou essa orientação, esclarecendo que tais dados não estão disponíveis na plataforma e-MEC, uma vez que essa base de dados não armazena informações sobre o número de estudantes ingressantes e concluintes nas IES.<sup>17</sup>

Dessa forma, a SERES recomendou novamente a consulta ao Inep, uma vez que o Censo da Educação Superior reúne informações como número de alunos matriculados, número de concluintes, número de ingressantes, entre outros dados relevantes sobre as IES. No entanto, o Censo abrange exclusivamente cursos de graduação, não contemplando indicadores de outros níveis ou etapas de ensino.

---

<sup>17</sup> Embora o Ofício nº 16803 afirme que não há informações sobre o número de ingressantes e egressos, na plataforma e-MEC encontram-se registros sobre egressos de cada um dos 245 cursos de especialização em Antropologia oferecidos entre 2018 e 2023. Não há registros sobre o número de ingressantes, mas apenas das vagas oferecidas.

# Para uma agenda de trabalho sobre os cursos de Ciências Sociais e Antropologia e ensino a distância no Brasil

O quadro apresentado até aqui evidencia a necessidade de duas tarefas principais para dar continuidade à pesquisa sobre a oferta de cursos de graduação em Ciências Sociais e especializações em Antropologia na modalidade de EaD:

1. No que tange a graduação, aprimorar, atualizar e aprofundar o levantamento e comparação de informações, especialmente por meio de bases de dados complementares produzidas tanto por órgãos como o Inep mas também em níveis locais, como as próprias instituições de ensino superior. Isto permitirá: a) complementar as análises apresentadas anteriormente com outros indicadores, como níveis retenção e de evasão entre cursos na EaD e presenciais; b) comparar indicadores de avaliação e qualidade nos níveis dos cursos, IES e modalidades, tais como:
  - Conceito Enade (desempenho dos alunos).
  - Conceito Preliminar de Curso (avaliação do curso).
  - Índice Geral de Cursos (avaliação institucional).
  - Conceito Institucional (avaliação da IES in loco).
  - Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes).
2. Avançar na caracterização das IES e dos cursos oferecidos na pós-graduação, especialmente EaD, com foco nas seguintes dimensões: a) análise do mercado dos cursos online, visando um

estudo detalhado das IES que dominam a oferta na EaD, especialmente as privadas, como a UNIASSELVI, que oferece o bacharelado de Antropologia online. O objetivo é identificar padrões, tendências e os agentes predominantes nesse mercado; b) descrição e avaliação dos currículos, considerando:

- Currículos dos cursos em antropologia na EaD, verificando sua adequação a referenciais de qualidade para a EaD.
- Perfil do corpo docente e dos coordenadores, analisando titulação, experiência e trajetória acadêmica, para verificar se atendem aos padrões de qualidade exigidos pelos processos regulatórios do MEC.
- Perfil dos estudantes e egressos, especialmente em relação a características socioeconômicas, motivações e desafios no acesso e permanência na educação superior.
- Inserção dos egressos dos cursos na EaD no mercado de trabalho, avaliando sua atuação no campo da Antropologia e as demandas profissionais da área.

Para avançar nessa direção, é fundamental recorrer aos dados do Inep e outras bases para completar o levantamento quantitativo e incorporar à análise indicadores de qualidade objetivos. Além disso, é oportuno realizar trabalho de campo ou, ao menos, conduzir entrevistas junto às IES, docentes, estudantes e egressos. Essas abordagens permitiriam uma caracterização mais completa dos cursos de Ciências Sociais e Antropologia na EaD e da percepção sobre sua qualidade. O objetivo, em todo caso, é aprofundar a análise das condições de oferta da EaD no Brasil, acompanhando o crescimento desse mercado, especialmente nas áreas das Ciências Humanas.

Em outras palavras, trata-se de compreender o que, nesse contexto, está sendo vendido, literalmente, como Ciências Sociais e Antropologia no país. Aqui, esboçamos apenas algumas questões que merecem uma investigação mais aprofundada. Como explicar a notável concentração de cursos de Antropologia online em Minas Gerais? Como interpretar a relação

atípica entre esses cursos e temas educacionais? Essa oferta, assim direcionada, reflete o predomínio da EaD na formação de professores no Brasil, conforme apontado pelo Censo da Educação Superior?

Para responder a essas perguntas, além da produção de dados empíricos por meio de bases de dados oficiais e trabalho de campo, é necessário também um levantamento rigoroso da bibliografia especializada. Esse levantamento deve abranger tanto estudos sobre as transformações e características do sistema de educação superior no Brasil quanto pesquisas sobre a expansão de grandes grupos econômicos em setores como a educação, o agronegócio e o extrativismo. A ABA pode desempenhar um papel fundamental nesse processo, por meio da atuação de diferentes comitês e comissões.

A Comissão Laicidade e Democracia pode contribuir ao identificar e caracterizar instituições de caráter confessional, religioso ou missionário que oferecem cursos nas áreas de Ciências Sociais e Antropologia. Essa investigação torna-se particularmente relevante porque conteúdos antropológicos podem estar presentes em cursos de pós-graduação *lato sensu*, mesmo quando o termo “antropologia” não figura explicitamente no nome do curso. Isso acontece, por exemplo, em cursos de áreas correlatas, como Linguística, cujas matrizes curriculares frequentemente incorporam disciplinas ou abordagens antropológicas. Um levantamento detalhado ajudaria a compreender não apenas a extensão da oferta de conteúdos antropológicos e sociológicos por instituições confessionais, mas também analisar como esses conteúdos são moldados por perspectivas religiosas. Esse fator pode ter implicações significativas para a formação acadêmica e profissional, lançando luz sobre como a Antropologia é ensinada e compreendida nesses contextos.

Já o Comitê Laudos Antropológicos e o Comitê Inserção Profissional podem contribuir para a análise da relação entre os estudantes dos cursos de Antropologia na modalidade EaD e temas sensíveis, como a expansão de missões religiosas, as políticas de governança ambiental, social e corporativa (*Environmental, Social and Governance, ESG*) e a produção de

“contralaudos”. Esses contralaudos, frequentemente utilizados em processos de titulação de terras, relatórios de impacto ambiental e outros documentos técnicos, podem prejudicar os direitos das comunidades com as quais os antropólogos trabalham. A atuação desses comitês permitiria aprofundar a compreensão dos impactos dessa dinâmica e desenvolver ações que fortaleçam a ética e a responsabilidade social na formação e na prática profissional em Antropologia.

Embora a conclusão desses cursos na EaD não garanta filiação à ABA nem o reconhecimento formal como antropólogos, é essencial monitorar a formação de redes profissionais que possam atuar em contextos sensíveis, como na produção de contralaudos que buscam deslegitimar demandas territoriais e sociais. O monitoramento dessas redes ajudaria a dimensionar os impactos da formação oferecida nesses cursos online e avaliar a participação de seus egressos em litígios que afetam diretamente comunidades indígenas, quilombolas e outras populações e grupos vulneráveis no Brasil.

Nesse sentido, a Diretoria da ABA, o Comitê de Inserção Profissional e a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia poderiam incluir em suas agendas um balanço específico sobre os cursos de graduação em Antropologia, com um olhar atento para o destino profissional de seus egressos. Essa iniciativa dialogaria com as discussões recorrentes sobre o reconhecimento público da profissão e contribuiria para uma caracterização mais precisa do perfil ocupacional desses profissionais. Tal levantamento torna-se ainda mais relevante diante das transformações recentes tanto na oferta de formação quanto no próprio mercado de trabalho.

Entre essas transformações, destaca-se o surgimento de novas demandas profissionais, como a atuação por meio da Assessoria Técnica Independente (ATI) e a crescente necessidade de especialistas para intervir em situações de crise, como em desastres ambientais. Após tragédias como as que ocorreram em Minas Gerais, antropólogos passaram a ser contratados como consultores para a mediação de conflitos, reparação de danos e negociação de interesses entre comunidades e empresas. Compreender essas novas funções e avaliar o impacto da formação em Antropologia

— especialmente na modalidade EaD — no perfil desses profissionais é essencial para refletir sobre o futuro da profissão e sua inserção no mercado de trabalho.

O atual cenário da oferta educacional no país não tem incentivado associações profissionais e científicas a adotarem posturas mais proativas em relação à definição da atuação profissional em suas respectivas áreas de conhecimento. No entanto, diante de demandas crescentes por posicionamentos públicos em temas sensíveis — como direitos difusos e impactos socioambientais —, talvez seja o momento de considerar a estruturação de formas mais articuladas de ação coletiva profissional, inspiradas em modelos já consolidados em áreas como Engenharia, Enfermagem e Psicologia, além daquelas que talvez tenham maior visibilidade pública, como Medicina e Direito.

\* \* \*

Uma nova consulta à plataforma e-MEC, realizada em outubro de 2024, revelou diferenças em relação à consulta anterior, feita entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. O primeiro dado notável foi a redução no número de cursos registrados na plataforma. Em 2023, havia um total de 245 cursos de especialização em Antropologia, dos quais 208 encontravam-se ativos, o que representava 89,4% do total. Quase um ano depois, em outubro de 2024, o número total de cursos caiu para 211, dos quais 177 estavam ativos, cerca de 83,89%. Essa diminuição reflete uma redução de 13,88% no número total de cursos (ativos e inativos) e uma redução maior de 14,90% no número de cursos ativos.

Além dessa redução, a última consulta revelou novas informações na plataforma, relacionadas a processos administrativos que impactaram alguns cursos, como “descredenciamento voluntário” e “descredenciamento por medida de supervisão”. Também foram registradas observações como “Em supervisão — procedimento sancionador com medida cautelar”

e “Suspensão de ingresso nos cursos de especialização *Lato Sensu*”, indicando sanções aplicadas a determinadas instituições.

Um exemplo é o do Instituto Superior de Educação Ateneu (ISEAT, código e-MEC 2320), mantido pela Instituição Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda. (código e-MEC 17056). Após um procedimento sancionador, a Portaria SERES/MEC nº 228, de 12 de junho de 2024, suspendeu por dois anos a oferta de novos cursos pela instituição, tanto presenciais quanto a distância. No entanto, a medida permitiu a conclusão das turmas iniciadas até março de 2024 e determinou o encerramento de todas as ofertas irregulares de segunda licenciatura e complementação pedagógica na modalidade EaD.<sup>18</sup> O impacto dessas sanções na redução do número de cursos ainda precisa ser mais bem compreendido, especialmente no contexto das políticas de supervisão e regularização.

Esse cenário reforça um debate essencial sobre a democratização do ensino superior no Brasil. No artigo “Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil?”, Maria Lígia Barbosa (2019) questiona se o aumento no número de matrículas significa, de fato, maior igualdade de oportunidades educacionais e sociais. Ela indaga a existência de “graus de democratização” e aponta que, apesar dos avanços no acesso, fatores como origem social, raça e gênero continuam a determinar as trajetórias educacionais dos indivíduos. Alguns estudos sugerem que o próprio sistema de

---

18 A sigla “Ltda.” significa “Limitada”, “Sociedade limitada” ou “Sociedade empresarial limitada”, um tipo de empresa na qual a responsabilidade dos sócios limita-se ao valor que investiram no negócio (bens materiais, dinheiro, imóveis que compõem o capital social da empresa). Isso protege seus bens pessoais de eventuais dívidas corporativas. No setor educacional, várias empresas de menor porte usam essa estrutura devido à flexibilidade fiscal e operacional. No entanto, grandes grupos educacionais geralmente optam por ser companhias de capital aberto, o que lhes permite captar investimentos na Bolsa de Valores. Em 2012, essas empresas já detinham participação de 39,3% do mercado educacional brasileiro, especialmente na EaD, atuando com foco em fusões, aquisições e maior rentabilidade (Santos *apud* Andrade, 2023, p. 8. Ver também Scudeler, 2022). Para um estudo da atuação dos conglomerados educacionais de capital aberto também na educação básica, ver Costa (2020).

ensino superior reproduz desigualdades, direcionando estudantes menos favorecidos – especialmente negros, mulheres e pessoas de baixa renda – para cursos e instituições de menor prestígio (Carvalhoes; Ribeiro, 2019).

Assim, a democratização do ensino não pode ser analisada apenas pelo prisma do aumento das vagas, mas também pelas condições e qualidade da formação oferecida (Vega Sanabria, 2021). Essas evidências, que começam a ser investigadas em nosso país, tornam o debate sobre a democratização do ensino superior um ponto essencial na construção de uma sociedade mais justa.

No caso da EaD, um aspecto fundamental é precisamente a qualidade dos cursos ofertados nessa modalidade. O aumento do número de vagas e matrículas não pode ser automaticamente equiparado a uma expansão inclusiva se a qualidade da educação for negligenciada. Uma oferta massificada e precarizada reforça desigualdades já enraizadas, condenando os menos privilegiados a uma formação de segunda ou terceira categoria – um problema que ocorre tanto na modalidade presencial quanto na EaD.

Além das limitações estruturais e históricas do sistema de educação superior no Brasil, é fundamental levar em conta outros fatores, relacionados à experiência das instituições, grupos e pessoas envolvidas na EaD. Em uma análise mais ampla desse modelo, elementos objetivos e subjetivos se misturam para compor um cenário ainda mais desafiador.

Um aspecto central está relacionado ao fato de que, ao utilizar tecnologias educacionais e dispositivos eletrônicos mais baratos e maior alcance, a EaD parece cumprir de maneira mais eficiente a promessa da interatividade. Ela promete responder, em tempo real, às expectativas e demandas dos seus clientes, consumidores ou estudantes. Não é por acaso que a publicidade dos cursos online reforça constantemente a ideia de uma educação flexível, acessível quando e onde o estudante desejar. No entanto, ainda cabe investigar até que ponto as experiências reais dos estudantes correspondem a essas expectativas e como a interação digital impacta o aprendizado e a construção do conhecimento.

Outro aspecto relevante refere-se justamente ao caráter personalizável das interações na educação. Ao flexibilizar e adaptar os produtos às necessidades de cada estudante, a EaD apresenta-se como algo ao alcance de todos, permitindo que cada um “faça do seu jeito”, ao contrário dos modelos convencionais da educação presencial. Esse modelo, que lembra o de plataformas digitais de serviços personalizados (como aplicativos de transporte, entrega de comida, streaming, esporte e outros serviços), pode, por um lado, representar uma maior sensibilidade às particularidades dos alunos. Por outro, como sabemos por nossas interações diárias com algoritmos, essa padronização também pode gerar empobrecimento, repetição e rebaixamento da experiência educacional. Sem pesquisas aprofundadas, essas preocupações permanecem no campo das hipóteses.

Por fim, não se pode ignorar a capacidade de capilarização territorial do ensino a distância. Mesmo com suas limitações, a EaD possibilita que o conhecimento e as oportunidades educacionais alcancem localidades onde um curso presencial jamais seria instalado. Esse fator tem implicações importantes para a redução de desigualdades regionais e o acesso à formação superior. No entanto, a problema central permanece: em que condições essa educação está sendo oferecida?

Esse cenário se impõe a todas as instituições que atuam na oferta de ensino superior no país. Cabe também às universidades públicas — estaduais e federais — investigarem as resistências e possibilidades relacionadas ao desenvolvimento da EaD em suas redes. As mudanças em curso, pela escala e velocidade com que se apresentam, não podem ser ignoradas: elas deslocam o centro de gravidade de todos os setores, áreas e cursos. Diante disso, é necessário perguntar: o que tem a universidade pública a oferecer nesse contexto? Quais são suas experiências bem-sucedidas? Existem centros de excelência já consolidados nessa modalidade? Quais os principais obstáculos e oportunidades para uma atuação mais estruturada da rede pública na educação a distância? A expansão acelerada da EaD será apenas observada de longe ou as instituições públicas buscarão formas de participação ativa e qualificada nesse campo?

A mercantilização da educação superior, amplamente evidenciada pelas pesquisas das últimas duas décadas, transformou cursos, diplomas, trabalho docente e outros produtos educacionais em mercadoria. Nesse modelo, a busca por lucro e pela ampliação do mercado educacional torna-se um objetivo central. O capital movimentava-se dentro do setor educacional e, nesse aspecto, a EaD tem se mostrado particularmente eficiente. A questão que se impõe é: a que custo?

Se, como a própria educação, os cursos de Antropologia também se tornam mercadoria, é urgente entender, como dito antes: o que exatamente está sendo vendido como “Antropologia” pelas grandes corporações que dominam o ensino superior no Brasil? Diante do modelo de negócio que as originam, como as práticas pedagógicas e didáticas garantem — ou não — a qualidade e a integridade da formação na disciplina? E, mais do que isso, de que maneira esse fenômeno afeta a configuração do campo formativo e o exercício profissional da Antropologia no país?

Responder essas perguntas exige não apenas pesquisa, mas também ação. O desafio que se impõe vai além da regulamentação da EaD e dos cursos online; envolve também a necessidade de articulação política e institucional para enfrentar o poder das grandes corporações e grupos de interesse que operam no setor educacional. Se a educação superior — e, com ela, a formação em Antropologia — está sendo moldada por lógicas de mercado, é fundamental que as instituições de ensino e as associações profissionais atuem ativamente para garantir que esse processo não ocorra em detrimento da qualidade da formação, da ética profissional e do compromisso social da Antropologia no Brasil.

## Referências bibliográficas

ABC. *Um olhar sobre o ensino superior no Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2024.

ANDRADE, Sanete I. de. As companhias do mercado da Educação Superior no Brasil e suas decisões estratégicas no período de 2007 a 2021. *Educação & Sociedade*, 44, 2023.

ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, 11, p. 83–92, 2011.

BALBACHEVSKY, Elizabeth; SAMPAIO, Helena; ANDRADE, Cibele Yahn. Expanding Access to Higher Education and Its (Limited) Consequences for Social Inclusion: The Brazilian Experience. *Social Inclusion*, 7 (1), 7–17, 2019.

BARBOSA, Lígia. Democratização ou massificação do Ensino Superior no Brasil? *Revista De Educação PUC-Campinas*, 24 (2), 240–253, 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2024.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2023.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CEB 41/2002. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação a Distância na Educação de Jovens e Adultos e para a Educação Básica na etapa do Ensino Médio*, Brasília, DF: MEC/CNE/CES, 2002.

\_\_\_\_\_. *Documento de Área. Área 35: Antropologia/Arqueologia*. Brasília, DF: MEC/CAPES/DAV, 2019.

CARVALHAES, Flavio; RIBEIRO, Carlos. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil. Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 31, n. 1, p. 195–233, 2019.

CARVALHAES, Flavio; MEDEIROS, Marcelo; SANTOS, Clarissa Tagliari. Higher Education Expansion and Diversification: Privatization, Distance Learning, and Market Concentration in Brazil, 2002–2016. *Higher Education Policy*, 36, 578–98, 2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A trajetória histórica do ensino superior no Brasil: expansão e privatização da ditadura aos governos do PT. *SER Social*, [S. l.], v. 21, n. 44, p. 134–151, 2019.

COSTA, Hellen Balbinotti. *Financeirização da Educação Básica: tendências no período 2010–2019*. Dissertação. (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GROSSI, Miriam P.; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen S. *Ensino de antropologia no Brasil: Formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Blumenau, SC: Nova Letra, 2006.

JUNIOR, Klaus Schlünzen. A institucionalização da Educação a Distância no Brasil: cenários e perspectivas. *Teoria e Prática da Educação*, 16, p. 113–124, 2014.

LEAL, Natacha S.; VEGA SANABRIA, Guillermo; CARIAGA, Diógenes E. Apresentação do dossiê “Novas universidades, novos campi, novas antropologias: docências, alteridades e expansão do Ensino Superior no Brasil”. *Anuário Antropológico*, [S. l.], v. 46, n. 1, p. 25–38, 2021.

MÜLLER, Cíntia; FERNANDES, Mariana Balen. Laudos antropológicos: o fazer antropológico no diálogo com o Direito e a administração pública. In: *Cidadania e direitos humanos: pontos de vista antropológicos*. In: MÜLLER, Cíntia; SCHUCH, Patrice (orgs.). Salvador: EDUFBA, p. 237–255, 2018.

OCDE. *Education at a Glance 2024 — Country notes: Brazil*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development, 2024.

PAIVA, Rodrigo Ribeiro de. *Da tradição do ensino superior no Brasil às Edtechs (1988–2022): mudança ou ruptura de paradigma?* Tese. Itatiba, 2023.

PRATES, Antônio Augusto Pereira. Ampliação do sistema de Ensino Superior nas sociedades contemporâneas no final do sec. XIX: os modelos de mercantilização e diferenciação institucional – o caso brasileiro. *Estudos de Sociologia*, vol. 15, n. 28, p. 125–46, 2010.

ROCHA, Diego Nunes da; CARVALHAES, Flávio. Quem são os futuros professores do Brasil? O perfil socioeconômico dos cursos de licenciatura do ensino superior. *Sociologia & Antropologia*, 13, 1–32, 2023.

SALVUCCI, Mara; LISBOA, Marcos J. A.; MENDES, Nelson C. Educação a Distância no Brasil: Fundamentos legais e implementação. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, [S. l.], v. 11, 2012.

SAMPAIO, Helena. Privatization of Higher Education in Brazil: Old and New Issues. In: SCHWARTZMAN, S. (eds.). *Higher Education in Latin America and the Challenges of the 21st Century*. Springer, Cham., 77–94, 2020.

SANTOS, Clarissa Tagliari; LIMA, Raquel Guilherme de; CARVALHAES, Flávio. O perfil institucional do sistema de ensino superior brasileiro após décadas de expansão. In: BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira (org.). *A expansão desigual do ensino superior no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020.

SCUDELER, Marcelo Augusto. O FIES e as estratégias dos grupos empresariais da educação superior frente à redução dos contratos de financiamento público. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

SIMIÃO, Daniel. S.; FELDMAN-BIANCO, Bela. (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA, 2018.

SPRANDEL, Marcia Anita; BARRETTO Fo., Henryo Trindade. Profissionais com formação em antropologia para quê? Uma apreciação das transformações contemporâneas no campo de atuação profissional em antropologia. In: SIMIÃO, Daniel Schroeter; FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.). *O campo da antropologia no Brasil: retrospectiva, alcances e desafios*. Rio de Janeiro: ABA, p. 259–284, 2018.

VEGA SANABRIA, Guillermo; DUARTE, Luiz Fernando Dias. O ensino de Antropologia e a formação de antropólogos no Brasil hoje: de tema primordial a campo (possível) de pesquisa (antropológica). In: MACHADO, Igor José de Renó; FLEISCHER, Soraya; MONTARDO, Deyse Lucy Oliveira; CAVIGNAC, Julie (orgs.). *Ciências sociais hoje: Antropologia*. 1. ed. São Paulo: BIB/Anpocs, v. 1, p. 160–190, 2020.

\_\_\_\_\_. Um antropólogo na Mata ou Valores e ideais da formação universitária após a expansão. *Anuário Antropológico*, v. 46, n. 1, p. 58–77, 2021.

VERHINE, Robert E. Avaliação e regulação da educação superior: uma análise a partir dos primeiros 10 anos do SINAES. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 20, n. 3, p. 603–619, 2015.

**ABA** PUBLICAÇÕES

 **CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico

 **TRIBO DA  
ILHA**  
EDITORA

ISBN: 978-65-87289-47-2



9 786587 289472 >